

Capítulo

1

A estratégia enquanto conceito

17 – Etimologia da estratégia

Partamos da definição tradicional ditada pela etimologia, um tanto mais instrutiva, uma vez que o conceito se impôs em todas as línguas da Europa, bem além da esfera das línguas greco-latinas: o alemão, que dispunha de um concorrente (*Feldherrkunst*), adotou *Strategie*, como o russo (*strategija*) ou o húngaro (*strategia*)¹. *Stratos Agein* é o “exército em marcha”. A associação das duas palavras dá *strategos*, o general, e o verbo *strategô*, ser general, comandar, depois o adjetivo *strategikos*, do qual o plural substantivado dá origem a *strategika*, as funções do general, as qualidades do general². A estratégia é a arte de conduzir um exército e, de modo mais amplo, a arte do comando.

Pode-se prolongar um pouco mais os ensinamentos da etimologia. Em seu sentido primitivo, nos tempos de Homero, *stratos* não é qualquer exército: é o exército que acampa, em oposição a *stiches*, o exército em batalha. A estratégia não é limitada ao combate. *Stratos* é correlacionado com uma outra palavra, mais indefinida: foi proposto *ago* (comandar), mas também *gia* (a terra) e *agein* (conduzir adiante, avançar)³. Esta última hipótese é a mais provável⁴. Ela sugere que a estratégia não é estática, ela está ligada ao movimento, intrinsecamente.

Strategia deriva principalmente da mesma raiz que *strategema*, de onde nós tiramos *stratagème*, mas que, como observava o Marechal de Puységur, no século XVIII, “*tinha, em latim, uma outra significação, bem diferente da que lhe era atribuída em francês: expédiens* [meio de contornar um obstáculo], *ruses de guerre* que ainda não a traduzem corretamente⁵ [ardis, habilidades para surpreender um adversário]. Um estratagema não é apenas um artil, um embuste, é em primeiro lugar a ação

1. Única exceção; os islandeses, fiéis a sua defesa linguística, recusaram a imitação e forjaram sua própria palavra: *herstjórnarlist*. *à partir de raízes locais: her=exército; stjórnar=comando; list=arte*.
2. Everett L. Wheeler *Stratagem and the Vocabulary of Military Trickery*, Leyde, Brill. Mnemosyne Supplement 108, p.3, 1988.
3. Francesco Sponzilli. 1837, citado em Ferruccio Botti. *Il Pensiero militare e navale italiano dalla Rivoluzione francese alla prima guerra mondiale (1789-1915)*. Rome: Stato Maggiore dell'Esercito-Ufficio Storico, vol.1, p.87, 1995.
4. Pierre Chantraine. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris, Klincksieck, 1983.
5. Puységur. *Art de la guerre*, p.15.

inteligente do general (*sollertia ducum facta*). No mundo da guerra e do conflito dominado pela força, a estratégia introduz a ação da inteligência.

SEÇÃO I – A CONSTITUIÇÃO DA ESTRATÉGIA

18 – O nascimento da estratégia entre os antigos

É em Atenas que aparece, no século V a. C., a função de estrategista. As tribos elegem dez estrategistas. Eles formam um colegiado dentro do qual um chefe (Temístocles, Cimon, Aristides, Péricles) pode impor-se aos seus colegas⁶. Porém, todos têm vocação para conduzir o exército, ou uma parte dele, mesmo que uma especialização comece a existir progressivamente: o estrategista dos hoplitas comanda o exército em campanha, o estrategista do território é encarregado da defesa da Ática, os dois estrategistas do Pireu asseguram a defesa costeira, o estrategista das “*symmories*” cuida do armamento da esquadra, e aos outros cinco estrategistas são atribuídas missões *ad hoc*. Em um artigo instigante, Jeanine Boeldieu-Trevet observou bem a evolução do estudo da estratégia:

Em Maratona, sob o impulso de Milíades, o colegiado dos estrategistas demonstrou sua capacidade de ordenar o ímpeto dos cidadãos-soldados. A magistratura se tornou mais singela ainda com Temístocles. Transformando Atenas em potência naval, ele abriu militarmente outras perspectivas. A função militar dos estrategistas se diversificou. Ao mérito de “bons ordenadores de exército”, à coragem de hoplita, eles passaram a juntar qualidades de navegadores e de almirantes. Tem mais. Como a tática se alimenta doravante de estratégia, os estrategistas atenienses passaram a pensar em termos políticos, aqueles da análise pública das metas, desafios, e de meios destinados a constituir, estender e manter a potência da cidade... [com a guerra do Peloponeso], comandar se tornou uma responsabilidade especializada, senão profissional... Prevaleceu doravante o cuidado com a eficácia... No primeiro lugar das qualidades que deviam possuir os bons generais se encontra o ofício⁷.

Assim se descreve a característica fundamental do estrategista, sua situação na interseção do político e do militar e a dupla deriva à qual ele está permanentemente exposto: ou tornar-se um puro profissional da causa militar e perder de vista a meta política da sua ação, ou transformar em capital político o prestígio que ele tem da sua função militar. Péricles é a encarnação do “bom” estrategista que soube assegurar a hegemonia da sua cidade pela definição e execução de uma estratégia coerente e adaptada⁸; o “Spartiate Brasidas” poderia representar a transição até uma estratégia militar⁹; Alcibíades é o (contra) modelo do estrategista político, cuja ambição provoca a ruína da cidade.

Após Alexandre, o Grande, a instituição dos estrategistas subsiste nos reinos helenísticos, mas sob uma forma mais territorial (os estrategistas de renome – de províncias) e perde em importância, apesar dos títulos empolados dos quais os seus titulares são ornados, de modo

6. A. Hauvette-Besnault. *Les stratèges athéniens*. Paris, Thorin, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 41, 1885.

7. Jeanine Boeldieu-Trevet. Commandement et institutions dans les cités grecques à l'époque classique. *Revue d'études antiques*, Pallas 51, p.87-89, 1999.

8. Donald Kagan. Athenian strategy in the Peloponnesian War. In: MURRAY, Williamson Murray; KNOX, Mac Gregor; BERNSTEIN, Alvin (Ed.). *The Making of Strategy: rulers, states and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

9. Jeanine Boeldieu-Trevet. “Brasidas, la naissance d'un nouvel art de commander”, em *Esclavage, guerre, économie en Grèce ancienne*: hommages à Yvon Garlan. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1998.

ridículo: um pode ser estrategista, *épistratege* (estrela de primeira grandeza da estratégia) e *syngénès*, o outro é denominado de estrategista e *archisomatophylaque*¹⁰.

Do mesmo modo que a função de estrategista está bem garantida, a idéia de estratégia parece vaga, e não é evidente que essa ambigüidade possa ser imputada inteiramente às lacunas da nossa documentação. A palavra *strategema* aparece no segundo quarto do século IV a.C., mas só é encontrada uma única vez nas obras de Xenofonte, e a primeira definição conhecida é de vários séculos posteriores, devida ao apologista cristão Clemente de Alexandria (século II). A *strategika* aparece quase na mesma época, em que Demetrios de Falére (final do século V a.C.) elabora uma *strategika*. Os dois termos são sinônimos, sem a conotação de embuste, mas eles não parecem ser de uso muito corrente¹¹; não são encontrados nem em Hérodoto nem em Tucídides. Mesmo assim eles persistem em seguir e em afastar-se progressivamente um do outro. A partir de Políbio e dos historiadores do século I a.C., *strategema* é um termo ligado à idéia de ardil e embuste, enquanto *strategika* é relacionado ao cargo do general, mesmo permanecendo como sinônimos para vários autores, notadamente Onosander. O verbo *stratego* adquire um sentido mais preciso do que “ser general”. Para Onosander, ele significa manobrar.

Nessa situação é que os romanos latinizam os dois conceitos durante o século I a.C. Cícero fala de *strategema* em uma carta datada de 10 de maio de 51 a.C. O termo vai suplantá-los progressivamente os seus concorrentes latinos (*sollertia, dolus, ars, astutia...*). Um século mais tarde, Frontin distingue “apesar da analogia natural dessas duas coisas, os *estrategemas da estratégia*¹². Porquanto tudo o que a previsão, a habilidade, a grandeza do espírito, a perseverança podem inspirar a um general, formam o assunto da estratégia em geral; e todo fato particular que possa ser associado a um dos chefes será um *estrategema*¹³.” Porém, esta aceitação continua a ser excepcional. A abordagem dominante é organizacional e concreta: a *strategia* é a prefeitura militar, o *strategus* é o chefe do exército. De um ponto de vista teórico, os romanos falam primeiramente de ciência militar ou ciência organizacional militar que inclui a estratégia.

Os estrategistas bizantinos, que estarão atuantes até o século X, retomam o *strategos* (o estrategista): o estrategista “é o nome dado àquele que está no primeiro posto de todo o exército, e que é o seu chefe”¹⁴. Um fragmento do Tratado de Syrianos (século VI) é conhecido sob o título de *Peristrategikes* (da estratégia), o tratado do pseudo-Maurício é comumente denominado de *strategikon*. Porém, não há uma distinção clara entre estratégia e tática¹⁵ e a evolução é regressiva: prolongando uma tentativa já constatada à época helenística, o estrategista se torna um chefe territorial (o estrategista do assunto), antes de ceder seu lugar ao duque¹⁶. A noção de estratégia continua a ser pouco frequente, a *Taktika*

10. E. Vant Dack. “Les stratèges dans les archives d’Assiout”, em sua coleção *Ptolemaica selecta: études sur l’armée et l’administration lagides*. Louvain, Studia hellenistica, 29, p.322, 1998.

11. Apenas quatro, talvez cinco, ocorrências de *strategema* foram encontradas no século que se seguiu ao seu aparecimento.

12. Antes, estratégica (la stratégique). Frontin emprega o termo grego *strategika*.

13. Frontin, *Stratagèmes*. Tradução de Nisard, em Amien Marcellin, Jornandès, Frontin, Végèce, Modestus. Paris: Firmin-Didot, Collection des auteurs latins, 1885. p.504.

14. Léon VI, o Sábio, *Extrait tactique*, publicado por Alphonse Dain. Paris, Champion, Bibliothèque de l’École des Hautes Études, 284, 1942. p.92.

15. John Haldon. *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*. Londres, UCL Press, 1999. p.3435, que fornece um exemplo significativo de confusão em Léon, o Filósofo: “La tactique est l’art stratégique des formations, des armements et des mouvements militaires”.

16. Jean-Claude Cheynet. “Du stratège de thème au duc. Chronologie de l’évolution au cours du XI^e siècle”. *Travaux et mémoires* 9, 1985. p. 81.

é suficiente para dar conta da arte militar.

No ocidente, embora a ciência dos estratagemas persista (a *stratagématique* é atestada em francês desde 1372, em espanhol e em italiano no século XV), o estrategista e a estratégia desaparecem totalmente por vários séculos. Só irão reaparecer no século XVIII.

19 – A estratégia entre os chineses

Fora do mundo greco-romano, não se encontra conceito equivalente, mesmo nas sociedades que tenham elaborado uma arte da guerra aperfeiçoada. A única exceção ocorre, casualmente, na China, com o *bing-fa* de Sun Zi (Sun Tzu), o qual os tradutores contemporâneos tomam de modo bastante livre como estratégia. Porém, trata-se, na realidade, de uma noção bem mais ampla que se poderia traduzir por método militar, até mesmo por arte da guerra¹⁷. O tratado de Sun Tzu insiste sobre os “métodos” e se destina, prioritariamente, àquele que vai comandar um exército ou conduzir uma campanha; ele se destaca, sem qualquer contestação possível, no campo da estratégia.

Na mesma época, os jurisconsultos posicionam claramente a relação entre a guerra e a política: “O fato de que um rei seja respeitado, seu território ampliado e torne-se, por consequência, o governador do mundo, ou, ao contrário, que ele seja desprezado, seu território reduzido e que ele perca o seu poder é decidido pela guerra. Desde a Antiguidade até os nossos dias, não existem exemplos de que alguém possa tornar-se governador do mundo sem ter triunfado por meio da guerra ou, então, que perca o poder sem ter sido derrotado”¹⁸. *Shu*, a arte do rei, que compreende o conjunto de técnicas que permitem ao rei conservar o poder e governar o país, inclui a condução das operações militares dentro de uma ótica admiravelmente ampla que se aproxima da orientação contemporânea dos estudos de estratégia: “As batalhas representam apenas um quinto da importância da guerra”¹⁹.

Se nós não encontramos na China clássica o equivalente exato da palavra estratégia, pois as categorias do pensamento chinês são diferentes das do pensamento ocidental, o objeto (a arte do general, a preparação dos planos, a análise da situação, o método) existe de modo indiscutível: ele é não somente posto em prática, mas também teorizado nos escritos que chegam até nós (os quais só representam uma parte escassa do corpo inicial).

20 – O renascimento da estratégia no século XVIII

O renascimento do conceito de estratégia e dos seus derivados se realiza em várias etapas. O Contra-Almirante Matthey sugeriu uma prioridade inglesa, com o emprego da palavra *estratego* em *a Oceana* de Harrington (1656), mas trata-se, de fato, da simples reutilização da palavra latina *strategus*²⁰. *Strategy* (palavra inglesa) apareceu em 1688, na obra *Geography rectified*, de Morden, porém com o significado de governo de uma província²¹; ela só vai receber um significado militar em 1810, na 3ª edição do *Military Dictionary* de James; ao

17. NIQUET, Valérie. Le concept de stratégie chez les anciens Chinois. *Stratégique*, 62, 1996-2.

18. ZI, Guang. *Les sept méthodes du gouvernement*, citado em Xu Zhen Zhou. *L'Art de la politique chez les légistes chinois*. Paris: Économica, 1995. p.229.

19. ZHOU, Xu Zhen. *L'Art de la politique chez les légistes chinois*, p. 239.

20. MATHEY, Jean-Marie. *Comprendre la stratégie*. Paris: Économica-Poche, 1995. p.10.

21. Do mesmo modo, *strategian* é notada em 1601, mas somente em uma tradução de Plínio, e na tradução de *strategia*, como província.

mesmo tempo aparece o advérbio *strategically*.

Seria preciso pesquisar uma anterioridade do lado da Itália. Lampo Birago compõe um *Strategicon adversus turcos* no ano 1320. Se a palavra não parece figurar na obra de Maquiavel, ao contrário do que sugeriu um tradutor inventivo²², ela é anotada em *Paralleli Militari* (1594) de Francesco Patrizi: o militar deve aprender a sua profissão nos “*livros de tática, estratégia, poliorcética, mecânica...*”²³. Enumeração, sem nenhuma dúvida, tomada emprestada dos autores bizantinos, muito cedo importados pela Itália, mas que parece isolada, sob reserva de uma pesquisa sistemática que precisa ser feita. Em todo caso, o conceito desaparece da língua italiana logo em seguida. Ele não parece ter mais sucesso na Europa do Norte, ainda que, na mesma época, Jean de Nassau proponha uma tripartição da literatura militar romana: *strategica, tactica, poliorcética*²⁴.

Deixando de lado alguns empregos não duradouros, não resta dúvida de que a língua francesa reintroduziu o conceito na linguagem moderna. A palavra **stratégie** (*estratégia*) já é utilizada no século XVI para designar o governo militar de uma província entre os romanos. Em 1721, o *Dictionnaire de Trévoux* guarda o **stratége** (ou *stratégue*) “*para comandar as tropas*” entre os atenienses. Nos dois casos, como em inglês, é apenas um termo da Antigüidade, nenhuma transposição moderna é considerada. O *Dictionnaire de Trévoux* apenas retém, ao lado da **tactique** (tática), “*ciência para organizar os soldados em batalha e fazer as evoluções militares*”; o **stratagème** (estratagema), “*ardil militar, astúcia de guerra para surpreender ou enganar o inimigo*”. O dicionário de latim de Du Cange enumera o **strategus** ou **straticus**, ou **stratigus**, ou **stratigotus**; o de Estienne define *strategus* como o chefe do exército (*dux exercitus*), *strategia* no sentido organizacional dos romanos (*praetura, imperium rei militaris*). A *Encyclopédie* adiciona ao estrategista o **stratégat**, “*nobreza, função de estrategista*”. O *Dictionnaire Universel* de Moreri não cita nenhum deles.

É apenas cinquenta anos após o primeiro aparecimento do *stratège* que surge, em 1771, a **stratégie** (*estratégia*) como sinônimo de grande tática ou tática dos exércitos. Isto é “forjado” por Joly de Maiseroy em seus comentários das *Institutions militaires* do Imperador Léon, o Filósofo (inovação tão notável que o termo não é encontrado no próprio Léon). Ao traduzir uma citação do Imperador Maurice, ele recorre, uma única vez na sua obra, à palavra *stratégie* (*estratégia*). Ele a retoma seis anos depois, em sua obra *Théorie de la guerre* (1777):

A condução da guerra é a ciência do general, a qual os gregos denominavam estratégia, ciência profunda, vasta, sublime, que contém nela muitas outras, mas cuja base fundamental é a Tática... Para formar planos, a estratégia combina o tempo, os lugares, os meios, os interesses diversos.²⁵

Desde 1777, Johann von Bourscheid publica uma tradução em alemão de Leão o Filósofo, inspirada naquela de Maizeroy e intitulada *Kaisen Leo des Philosophen Strategie und Taktik*. Em 1778, o marquês piemontês de Silva intitula a segunda edição de suas obras *Pensées sur la*

22. Em os *Discours sur la première décade de Tite-Live*, no capítulo XIX do segundo livro, encontra-se a frase: “A história, em vão, fornece milhares de exemplos, os nossos estrategos não acreditam neles nunca” (*Oeuvres Completes*, Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1952, p.566). Mas isto é apenas uma extrapolação do tradutor. O original diz somente: “*E benché le istorie ne siano peine, tamen nonci arabbero prestatto fede*”.

23. VERRIER, Frédérique. *Les armes de Minerva: l'humanisme militaire dans l'Italie du XVIe siècle*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997. p.105.

24. Citado por Werner Hahlweg, repetido de Virgilio Ilari, *Imitatio, restitutio, utopia: la storia militare antica nel pensiero strategico moderno*, a ser editado.

25. MAIZEROTY, Joly de. *Théorie de la guerre*. Paris: Chez la Veuve Leclerc, 1777. p.2.

tactique ou la stratégique ou *Vrais principes de la science militaire*. Elas são traduzidas para o alemão em 1780, sob o título *Gedanken uber die Taktik und Strategik*; a estratégia (*stratégique*) é evocada uma única vez em uma definição calcada naquela de Maizeroy: “A estratégia é precisamente a ciência do general. Ela ensina a formar os projetos das operações e a bem empregar e combinar todos os meios que lhe fornecem os diferentes ramos da Tática”²⁶. Ele é copiado, no ano seguinte, por Guibert, em sua obra *Défense du système de guerre moderne*, onde ela é questão de “Stratégique ou Tactique des Armées”. Em 1783, um autor de Wurtemberg do serviço das Províncias Unidas, o Coronel François Nockern de Schorn, teoriza a distinção entre estratégia e tática em um livro notável, *Idées raisonnées sur un système général pour étudier la science de la guerre*, o qual foi traduzido para o alemão em 1785.

Entretanto, são de iniciativas isoladas e não de um êxito imediato. Nos anos de 1780, para a quase totalidade dos oficiais, “a ciência da guerra é denominada de Tática (*Tactique*)”²⁷. O ponto de inflexão decisivo ocorre em 1799, quando Dietrich von Bülow resgata e impõe o conceito com seu célebre livro *Geist des neuern Kriegs Systems*, lido e traduzido na Europa inteira.

Os outros países seguem com um pequeno atraso. Em italiano, o *stratègo* (estratego) aparece a partir de 1749, porém a *strategia* (*arte di guidar gli eserciti*) aguardará 1805. Os suecos adotam a *strategien* em 1800. Em inglês, depois do substantivo *strategy* (1810), vêm os adjetivos *strategic*, *strategic*, *strategical*, nos anos de 1820, seguidos por *strategist* em 1838. O espanhol se faz um pouco de rogado: a palavra estratégia apenas é assinalada em 1817 e permanecerá, por longo tempo, de uso pouco corrente²⁸. Em português, a palavra somente é anotada em 1831²⁹.

O conceito será retomado por uma das figuras militares mais importantes do século XIX, o Arquiduque Carlos da Áustria, em *Principes de strategie* (1818). O processo semântico chega ao seu final, para a língua francesa, em 1831, com o aparecimento de *stratègiste* (estrategista), que irá impor-se aos termos gastos e deselegantes *stratégien* e *stratégicien*, cópias de *tacticien*, empregados por Jomini³⁰ (que, ao final, adotará *stratègiste*). Mas essa distinção entre aquele que pensa a estratégia e o que a faz não será retomada pela língua inglesa e só irá impor-se lentamente: no século XIX, os dois termos são muitas vezes sinônimos.

21 – A arte da guerra no século das luzes

O renascimento do conceito de estratégia corresponde a uma crescente complexidade da arte militar. No século XVIII, os progressos do Estado permitem a organização de exér-

26. SILVA, Marquis de. *Pensées sur la tactique ou la stratégique, ou vrais principes de la science militaire*. Turin: De l’Imprimerie royale, 1778. p.1.

27. Comte de Bacon. *Manuel du jeune officier ou essai de théorie militaire*. Paris: Chez Jombert Jeune, 1782. p.15.

28. Os dicionários etimológicos datam *estrategia* em 1832. Porém, em 1817, Juan Sanchez Cisneros publicou *Principios elementales de estrategia*. Pode ser que em uma pesquisa sistemática aparecessem empregos anteriores, pelo menos na tradução de Von Bülow, a qual data de 1806, ou até talvez na tradução, manuscrita e aparentemente perdida, de um trecho da *Théorie de la guerre* de Joly Maizeroy, desde os anos de 1780.

29. Na 4ª edição do *Diccionario da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva. A palavra não figura nas edições anteriores. Ela é, ao que tudo indica, com toda a verossimilhança, pedida emprestada ao francês: a definição copia palavra por palavra aquela do dicionário da Academia francesa: “*science des mouvements d’une armée*”. A título de exemplo quanto ao pouco crédito que se deve conceder aos dicionários etimológicos, deve-se assinalar que o *Trésor de la langue portugaise*, sem embargo grandioso, data de 1873 as palavras *táctica* e *estratégia*. Para a primeira, tem-se mais de um século de atraso; no caso da segunda, perto do meio século.

30. “On ne trouve guère au siècle de Louis XIV, que le prince Eugène et Marlborough qui aient été d’habiles stratègiciens” (poucos são encontrados no século de Luís XIV, como o Príncipe Eugene e Marlborough, que foram hábeis estrategistas).

citados mais numerosos e, portanto, mais difíceis de gerir. A necessidade de fazê-los viver no país leva a dividir a massa de manobra única em divisões, que se beneficiam de uma autonomia relativa³¹. Um dos problemas essenciais da arte da guerra passa a ser, então, conciliar a dispersão imposta pelo abastecimento de víveres e munições com a concentração em função de batalha. Por outra parte, o progresso dos armamentos suscita um intenso debate tático entre os partidários da coluna, que fundamentam seu sistema sobre o choque, e os partidários da linha, que se apoiam sobre o fogo (o alcance dos disparos das armas).

A articulação divisionária e o aperfeiçoamento da tática obrigam a que se tome consciência da existência de uma dimensão superior da arte da guerra que, até então, não havia sido percebida, ou, pelo menos, teorizada. O Marechal de Saxe evoca as “*grandes partes da guerra*”. Os autores do século XVIII falam mais facilmente da “*grande tática*”, que Guibert define como “*a ciência de todas as partes da guerra*”. Lloyd fala das “*grandes e importantes partes da guerra*”. Napoleão guarda a expressão “*altas partes da guerra*” e recusa o conceito de estratégia³². Este irá impor-se, verdadeiramente, nos trabalhos do Arquiduque Carlos, de Jomini e de Clausewitz. Esta tomada de consciência provoca o aparecimento de instrumentos de análise e de instituições. Embora a França permaneça à frente no plano técnico (Montalembert moderniza a arte da fortificação³³; Gribeauval e du Teil, a artilharia³⁴, Bourcet aperfeiçoa a guerra na montanha e dirige o primeiro curso de estado-maior), a difusão da reflexão³⁵ tem lugar primeiro na Alemanha onde se desenvolve, nos anos de 1770, a *Aufklärung* (as luzes) militar,³⁶ cujo propósito principal é melhorar a formação dos oficiais.

Frederico II, o Grande, vencedor da Guerra dos Sete Anos, redigiu inúmeros escritos militares, que ele reservou para os seus generais (eles são ocultados pelo segredo de Estado), mas cuja existência foi prontamente conhecida. Desde 1775, Georg-Dietrich von der Gröben publica, em Breslau, a *Krieges Bibliothek*, que será suspensa em 1772. Um oficial prussiano, Karl von Seidl, cria em Dresden, no ano de 1780, a *Bellona*, que será publicada até 1787 e será substituída pela *Neue Bellona oder Beiträge zur Kriegskunst und Kriegsgeschichte*, fundada em Leipzig por uma “sociedade de oficiais”, dirigida por Heinrich Philip Porbeck. O Coronel prussiano Christian von Massenbach publica, em Potsdam, o *Militärische Monatsschrift*. Scharnhorst, o futuro reorganizador do Exército prussiano depois de Jena, cria em 1788 o *Neues Militärische Denkwürdigkeiten unserer Zeit*, dirigido por ele até 1805³⁷. Há, ainda, a *Mars*, cujos três volumes aparecem em Berlim em 1804-1805. Começam a publicar-se manuais como, por exemplo, os de Scharnhorst: *Handbuch für Offiziere in den anwendbaren Teilen der Kriegswissenschaften*. (1787-1790), o *Militärisches Taschenbuch Zum Gebrauch in Felde* (1794, quatro edições), depois o

31. Guibert atribui a paternidade disso ao Marechal de Broglie, mas o sistema divisionário já tinha sido praticado anteriormente, em especial pelo Marechal de Saxe e pelos russos.

32. Ele a emprega, entretanto, em suas *Observations sur L'Art de la guerre du général Rogniat*, citadas em Santa Helena. *Commentaires de Napoléon Ier*, t.VI, p.114.

33. *Fortification perpendiculaire ou l'art défensive supérieur à l'offensif* compreende 11 volumes, cuja publicação se estende por 20 anos, de 1776 a 1796.

34. *L'Usage de l'artillerie nouvelle* du chevalier du Teil foi traduzida para o alemão em 1783.

35. A França do Antigo Regime não tinha periódico militar. Nota-se, entretanto, o esforço de uma “sociedade de oficiais franceses,” que publicou em Genebra, em 1784, um jornal extraordinário e trechos de algumas obras muito interessantes, umas filosóficas, outras militares.

36. GAT, Azar. *The Origins of Military Thought*. From the Enlightenment to Clausewitz. Oxford: Clarendon Press, 1989. cap.3.

37. Existem outros periódicos, por exemplo, a partir de 1799, *Neues Militärisches Magazin* de Hoyer.

Handbuch der Artillerie (1804-1814). Em 1780, dois professores na corte de Brünswick, Helwig e Venturini, assentam as bases de uma arte que conhecerá uma grande difusão, o Kriegsspiel, literalmente, o jogo de guerra: informação perfeita, ele é jogado a descoberto e os jogadores se enfrentam como no jogo de xadrez. Em 1802, o Coronel von Massenbach propõe, numa série de memórias, a organização de um autêntico estado-maior geral, que foi finalmente aprovado em 26 de novembro de 1803.

22 – O modelo prussiano

Trata-se, ainda, apenas de premissas de uma evolução. A estrutura social do Antigo Regime prejudica as reformas radicais que substituiriam ao privilégio do nascimento a seleção pelo mérito e a competência. Guibert será mesmo o relator do Conselho de Guerra no derradeiro final do Antigo Regime francês, mas a experiência não terá tempo para florescer.

O Exército prussiano permanece prestigiado em razão das vitórias de Frederico II e não pensa em reformas: os generais recusam ser contidos por um estado-maior geral dotado de poderes e por planos de operações estabelecidos desde o tempo de paz³⁸. O *Aufklärung* militar, contra o modelo esclerosado de Frederico, permanece a ação de uma minoria de oficiais, e o *Immediat-militär-Organisations Kommission*, criado em 1795, melhora o equipamento e a tática, mas não procede a modificações estruturais. Napoleão poderia introduzir uma mudança organizacional, tanto no campo técnico quanto nas instituições, entretanto ele não realiza mudanças fundamentais. A sua genialidade e a superioridade tática do soldado francês não tornam necessária uma nova organização.

Essa virá da Prússia, em seguida à derrota total de 1806. A renovação empreendida sob a égide de Scharnhorst, o cabeça dos reformadores, reagrupados em *Militärische Gesellschaft*, e de *Gneisenau*, a partir de 1808, é impressionante³⁹. Desde o dia seguinte ao da derrota, Scharnhorst reorganiza o Ministério da Guerra. A inovação capital é a organização de uma seção encarregada da instrução, da mobilização, da informação, e da preparação dos planos de operações. Em 1808, a *Kriegsakademie* (Escola de Guerra) é criada com uma mescla de ensino geral e profissional.

Aparecem novas revistas: *Annalen des Krieges*, publicadas em Berlim por Von Bülow, em 1806; *Pallas*, fundada por Rühle von Lilienstern, que publica no seu primeiro número, 1808, um artigo de Jomini⁴⁰. Em 1809, Scharnhorst organiza as primeiras manobras no terreno, nas condições mais próximas possíveis da realidade. O General Krauseneck prepara as viagens do Estado-Maior e os “exercícios dos oficiais”. Em 1810, a *Kriegsschule für die Offiziere* é criada, e Reissnitz inventa um jogo de guerra (Kriegsspiel) fácil de manejar e pedagógico, que será aperfeiçoado em 1816 pelo seu filho e adotado em 1824 pelo Estado-Maior Geral. O General Grolman, sucessor de Gneisenau à frente do Estado-Maior Geral em 1814, organiza a seção histórica que se empenha logo a produzir a história oficial das “guerras de libertação”. Em 1816, o *Militär Wochenblatt* (periódico semanal) é fundado pelos futuros generais Rühle von Lilienstern e Von Decker, para auxiliar a reflexão entre os oficiais. No mesmo ano, estabelece-se a seção cartográfica e topográfica. Em 1821, a estrutura toma a sua forma definitiva com a separação do Ministério da Guerra, encarregado das questões administrativas, do Estado-Maior Geral, do qual dependem todas as questões operacionais. O sistema de guerra prussiano se encontra, assim, estabelecido ao redor de uma instituição central

38. SCHELLENDORFF, Bronsart von. *Le service d'état-major*. Paris: Librairie militaire Dumaine, 1876. t.I, p.29.

39. Cf. PARET, Peter. *Yorck and the era of Prussian reform 1807-1815*. Princeton: Princeton University Press, 1966, Clausewitz foi um dos colaboradores mais próximos de Scharnhorst.

40. Não esqueçamos, definitivamente, *Oesterreichische Militär-Zeitschrift*, fundada em 1808, e que hoje é a decana das revistas militares (porém sua publicação teve interrupções).

e de dois fundamentos teóricos: a geografia militar e a história militar. Moltke, o Velho, futuro vencedor em Sadowa e Sedan, é a encarnação dessa nova organização. Ele começa sua carreira na seção de topografia e redige um manual de levantamento de cartas que ficará como uma obra importante durante muito tempo, antes de consagrar-se a trabalhos de história militar.

23 – A generalização do modelo

Os outros países seguem-no com uma certa demora, particularmente a França. Sob o Segundo Império, “*os oficiais eram avaliados quase unicamente a partir das suas qualidades de cavaleiros. Aqueles que estudavam de modo razoável sua profissão eram considerados pedantes, incapazes de comandar*”⁴¹. Era o reinado do que o Comandante Mordacq chamou, posteriormente, de escola de inatos: “*caso fosse necessário tomar uma decisão, em certos momentos críticos, bastava deixar-se levar pela sua inspiração, tinha-se o gênio militar ou não tinha, ele era inato ou não*”⁴². A história militar registra amplamente o caso de amadores iluminados. Em 1870, os oficiais franceses não possuem mapas de Estado-Maior. A França só se engajará numa organização sistemática dos altos estudos militares depois do choque de derrota de 1870.

Os conservadorismos são varridos depois das vitórias prussianas contra a Áustria (1866) e contra a França (1870). Todas as potências se dotam de um Estado-Maior Geral, de um ensino militar de nível superior e de instrumentos de reflexão. Na França, cursos especiais de ensino superior são criados em 1876, transformando-se em Escola Militar Superior em 1878, depois em Escola Superior de Guerra, em 1880. O modelo científico triunfa por toda parte, tanto em terra, no Exército, como na Marinha, onde a influência britânica, fundada no pragmatismo e na experiência adquirida no mar, tinha retardado durante muito tempo a organização de um ensino marítimo e de um Estado-Maior baseado em terra. Os anos de 1880 a 1914 podem ser considerados como a idade de ouro do pensamento militar, com trabalhos de história, de geografia, de estratégia, de tática, de alto nível no âmbito interno de todas as grandes potências da época.

24 – Primeiro ensaio de definição: a estratégia como arte do comando

As definições de estratégia são numerosas. O Comandante Mordacq relacionou um grande número de definições em sua obra *La Stratégie* (1912). O Almirante Castex fez trabalho semelhante na introdução de sua obra *Théories Stratégiques* (1929), e podem-se citar muitas outras obras. As definições clássicas concordam em relação à idéia de condução das operações, mas provocam uma grande controvérsia entre a “estratégia-arte” e a “estratégia-ciência”:

A estratégia é a ciência da guerra; ela delinea os planos; ela abraça e determina a evolução das empreitadas militares, ela é, propriamente dito, a ciência dos generais-em-chefe.

(Arquiduque Carlos, *Principes de la Stratégie*, 1818)

A estratégia é a arte de fazer a guerra sobre o mapa, de abraçar todo o teatro de guerra.

41. COLSON, Bruno. “La première traduction française de Vom Kriege de Clausewitz et sa diffusion dans les milieux militaires français et belges avant 1914”. *Revue belge d’histoire militaire*, v.XXVI, p.354, março de 1986.

42. Comandante Mordacq, *La stratégie: historique, évolution*. Paris: Fournier, 1912. p.63; confirmado por SERMAN, William. *La vie professionnelle des officiers français au milieu du XIXe siècle*. Paris: Christian, 1994. p 4951.

(Jomini, *Précis de l'art de la guerre*, 1839)

Clausewitz procurou ir além do conflito ciência/arte e propôs uma definição centrada na teoria.

A estratégia é a teoria relativa à prática dos combates ao serviço da guerra.
Clausewitz, *Da Guerra*, 1832.⁴³

Esta definição permanece centrada na batalha, momento paradoxal da guerra. Isto não deve ser um caso que surpreenda, pois Clausewitz enfatiza que *“a destruição das forças inimigas aparece sempre como o meio superior e mais eficiente diante do qual todos os outros devem eclipsar-se”*⁴⁴.

Os seus sucessores adotam uma definição mais geral, a ponto de chegar a uma regressão: antes de 1914, os estrategistas terrestres voltam à idéia primitiva.

A estratégia é a arte de comandar os exércitos.
Wilhelm Rüstro.

A estratégia é arte do alto comando.
General Bonnal

A estratégia é arte de dirigir os exércitos no teatro da guerra; ou, mais simplesmente ainda, a arte do general-em-chefe.
Comandante Mordacq, *La stratégie*, 1912

O General von der Goltz é um dos raros autores a lembrar-se de Clausewitz. Depois de uma definição puramente “clausewitiana” sobre a estratégia, *“que abrange as medidas, as disposições importantes a tomar para conduzir, nas melhores condições possíveis, as tropas sobre o terreno onde se travará a luta decisiva”*, ele acrescenta:

Define-se também a estratégia como sendo a teoria a partir da qual se conduzem ou se dirigem os exércitos.⁴⁵

Além da controvérsia sobre a natureza da estratégia, o seu conteúdo é objeto de uma concordância unânime: arte ou ciência, a estratégia é de ordem militar e relativa ao comando nos tempos de guerra. O conceito inicial alemão leva em conta exatamente esta idéia: a estratégia é traduzida com frequência, no século XIX, por *Feldherrkunst*, literalmente arte (Kunst) do mestre (Herr) do campo de batalha (Feld)⁴⁶. Mesmo que desconheça o ensinamento dos fundadores, notadamente de Clausewitz, sobre a dimensão política da estratégia, essa concepção não se impõe pela força, pelo menos até tornar-se clássica.

Ela será ainda retomada, sem grandes mudanças, por Raymond Aron, em 1960, no seu clássico *Paix et guerre entre les nations*. O contraponto da estratégia é a diplomacia, essa

43. Com a tradução de Denise Naville corrigida em conformidade com as indicações de Raymond Aron e Lucien Poirier: Gefecht deve ser tomado por combate, e não por engajamento (pode-se estar engajado sem combate, em um setor calmo ou entre dois combates). Basta reportar-se ao *Nouveau dictionnaire français-allemand et allemand-français*, Strasbourg, em Armand Koenig libraire, 1782, para terminar com uma controvérsia sem fim, porém sem objetivo. *Gefecht* é combate concreto, a escaramuça, *kampf* é a ação de bater-se (combater, pelejar), que pode ser traduzida, indiferentemente, por combate ou luta.

44. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p.80.

45. GOLTZ, Barão Colmar von der. *De la Conduite de la guerre*, p. 29.

46. *NOUVEAU dictionnaire français-allemand et allemand-français*. 7.ed. Strasbourg: Armand Koenig libraire, 1810. A edição de 1782 apenas reconhece *Feldherr*, general-de-exército, generalíssimo (em oposição à *Feldhauptmann*, general), e *Feldherrnwurde*, generalato.

dualidade se encarnando nas figuras emblemáticas do diplomata e do soldado. Porém, ela é questionada, desde a sua formulação, pelo incessante aperfeiçoamento da arte da guerra. Toda a história da estratégia, a partir da segunda metade do século XIX, vai ser aquela da sua extensão em detrimento da política.

Seção II – A EXTENSÃO DA ESTRATÉGIA

25 – Primeira extensão: a permanência da estratégia

Mal o conceito de estratégia impôs-se, percebe-se que ele comporta várias facetas: de uma parte, a estratégia do general-em-chefe não é aquela dos seus subordinados; de outra parte, a estratégia não se limita, necessariamente, ao contrário do que é sugerido por Clausewitz, ao emprego de meios previamente estabelecidos. Vê-se, a partir de 1820-1830, o início de uma reflexão sobre esses temas, ainda muito embrionário e isolado. Em 1824, plagiando a grande tática, o Coronel Carrion-Nisas fala de uma alta estratégia ou de grande estratégia⁴⁷. Em 1838, um autor anônimo alemão põe acima da estratégia o “Impératorique”, reservado ao general-em-chefe⁴⁸, entretanto o conceito não terá posteridade.

A efervescência intelectual se acelera depois da guerra de 1870-71, que comprovou a passagem para a era industrial e o papel desde já primordial das paixões nacionais que o General Colman von der Goltz sublinha em seu livro que desagradou a Alemanha, mas que tem uma grande repercussão na França: *Gambetta und sein Armeen* – 1877 (tradução francesa em 1877). No fim dos anos 1880, o General Lung sublinha que a estratégia não se limita aos tempos de guerra; ele a divide em três partes: “a estratégia positiva é a preparação das vias e meios, em vista de um objetivo determinado pelo Estado... a estratégia militar do Estado ou estratégia política constitui a escolha do objetivo a ser alcançado devido ao uso judicioso das forças militares... a estratégia ativa (é) o uso judicioso das tropas e dos meios colocados à sua disposição em um determinado teatro de operação⁴⁹.” Uma década mais tarde, o Capitão Dupuis (*Une Conception scientifique de l’armée*, 1898) distingue três estratégias: política, diplomática e militar, controladas por um “estratego integral”. Observa-se uma evolução análoga nos Estados Unidos, onde o Comandante John Bigelow justapõe, curiosamente, a *political strategy*, a estratégia propriamente dita ou *regular strategy* e a “*tactical strategy*, que tem por finalidade estabelecer superioridade sobre o inimigo no campo de batalha⁵⁰”, enquanto Mahan afirma: “A estratégia naval é tão necessária em tempo de paz quanto em tempo de guerra”⁵¹.

A geração seguinte marca um progresso suplementar. A figura emblemática é a de um grande estrategista naval, Julian Corbett, que sistematiza, em sua obra *Some Principles of Maritime Strategy*, a distinção entre *major strategy* e *minor strategy*. A primeira se situa na articulação da política e do militar, a segunda pode ser ou a estratégia nas pequenas operações ou a estratégia em um teatro secundário, como também, mais em geral, a estratégia na sua dimensão exatamente

47. Coronel Carrion-Nisas. *Essai sur l’histoire générale de l’art militaire*. Paris: Chez Delaunay e C.J. Trouvé, 1824, *passim*.

48. Eris. *Oder die Kriegführung in den gigantischen Formen der Zukunft*. Nuremberg, 1838. Com lucidez, o autor expôs, no frontispício do seu livro, em evidência: “Le siècle n’est pas mûr pour mon idéal. Je vis comme un citoyen de celui qui va venir” (O século não está pronto para o meu ideal. Eu vivo como um cidadão daquilo que está por vir).

49. Général lung. *Stratégie, tactique et politique*. Paris: Charpentier, 1890. p.194, 211, 231.

50. BIGELOW JR., John. *Principles of strategy*. 2th.ed. Philadelphie: Lippincot, 1894. p.105.

51. MAHAN, Alfred T. *Naval administration and warfare*. Boston: Little Brown, 1907. p. 172.

militar. É a primeira formulação do que os autores anglo-saxões posteriores chamarão a **grande estratégia**. Corbett define a estratégia como “*a arte de dirigir a força até os fins a alcançar*”⁵². Esta passagem do exército para força traduz uma ida além da esfera militar. Progressivamente, a estratégia não vai mais ser considerada como um braço secular da política, mas posicionar-se-á como concorrente.

26 – Segunda extensão: as estratégias não-militares

Essa permanência da estratégia provoca inevitavelmente uma extrapolação da esfera militar e, por conseguinte, o reconhecimento de estratégias não-militares. Uma tal idéia, que hoje nos parece evidente, opõe-se ao sentido comum do século XIX, e algumas transposições da estratégia ao domínio civil se fazem sobretudo em um sentido figurado. A tentativa mais séria é a do General lung, que fala de estratégia civil em sua obra *La guerre et la société* (1889) e *Stratégie, tactique, politique* (1890). Mas trata-se só de especulação isolada. Será preciso o choque da Primeira Guerra Mundial para que a idéia saia do círculo estreito dos teóricos e encontre a sua consagração. A esperança de uma guerra breve foi uma decepção, as operações se eternizaram e a mobilização econômica tornou-se uma das preocupações primordiais dos beligerantes, como a propaganda, desde já organizada de maneira sistemática. A estratégia militar é apenas um componente entre outros, numa guerra que se tornou total (no seu discurso de investidura, em novembro de 1917, Clemenceau anuncia “uma guerra integral”). Esta evolução favorece o reconhecimento das dimensões não-militares da estratégia no período entre as duas guerras.

Esta mudança nunca foi estudada seriamente, de modo que não se sabe quem realmente tomou a iniciativa. Os pioneiros parecem ser os soviéticos, que, desde os anos 1920, não estabelecem diferença entre a guerra e a paz e concentram todos os poderes numa direção única. Frounze, arquiteto dessa nova ciência militar, evoca um conjunto coerente que forma a estratégia militar e a estratégia política e econômica, enquanto Svechin fala de estrategista integral e de estratégia integral⁵³. Eles ficam desconhecidos no Ocidente, onde se efetua uma evolução paralela, mais lenta.

Na Alemanha, o General Ludendorff (*Kriegführung und Politik*, 1922; tradução francesa, 1922. *Der totale Krieg*, 1935; traduções: francesa 1936, inglesa 1936, portuguesa 1937, espanhola 1964) propaga o conceito de guerra total⁵⁴. Ele inverte o axioma de Clausewitz: a política deve estar de hoje em diante a serviço da guerra, concebida como fim último do Estado. Mas Ludendorff não extrai todas as conseqüências teóricas de sua doutrina: ele batiza de política total o que os analistas posteriores denominarão de estratégia total; ela receberá esse nome só depois de 1945. Vários autores teorizam a estratégia econômica (infra nº 133).

No meio dos anos 1920, o britânico Liddell Hart começa a falar de grande estratégia, cuja função é a de “*avaliar e desenvolver os recursos econômicos e demográficos da nação*”

52. CORBETT, Julian S. Green Pamphlet, 1906. In: ____ *Principes de stratégie maritime*. Paris: FEDN-Économica, Bibliothèque Stratégique, 1993. p.239. O sentido de “*major strategy*” e de “*minor strategy*” pode variar consideravelmente de um parágrafo para outro, prova de que ele ainda está em um período de hesitações.

53. GARTHOFF, Raymond L. *La doctrine militaire soviétique*. Paris: Plon, 1956. p.6.

54. Conhecido de longa data, uma vez que sua primeira formulação é devida a Robespierre. Em 1916, Léon Daudet intitula uma compilação de suas crônicas em *L’Action française: la guerre totale*.

55. HART, Liddel. *Thoughts on war*. Londres: Faber & Faber, 1944. p. 152. Este livro é uma compilação de axiomas redigidos entre os anos 1920-1930.

56. O conceito já existia na primeira edição do tomo I das *Théories stratégiques* (1929), porém ele apenas designava a coordenação das estratégias militar e naval.

para manter suas Forças Armadas” e cujo horizonte se estende “além da guerra até a paz subsequente”⁵⁵. Em 1937, o Almirante Castex propõe o conceito de estratégia geral⁵⁶ para designar “a arte de conduzir, em tempo de guerra e em tempo de paz, o conjunto de forças e meios de luta de uma nação”; esta estratégia geral “coordena e disciplina as estratégias particulares, aquelas dos diversos setores da luta: político, terrestre, marítimo, aéreo, econômico, colonial, moral” ...⁵⁷ Ele amplia a idéia na revisão do tomo III, de *Théories stratégiques*, preparada em 1939, mas mantida inédita, na qual ele sustenta “que há outras estratégias além da estratégia militar... particularmente a estratégia política”⁵⁸.

A Segunda Guerra Mundial introduz no vocabulário corrente o que eram, ainda, somente especulações de alguns teóricos. Hitler comenta os seus êxitos iniciais por meio de uma estratégia ampliada (*erweiterte strategie*) definida como “a mobilização permanente e a coordenação de todos os recursos (e) a união, sob uma direção única, das tarefas políticas e militares”⁵⁹. Em 1940, o conceito de grande estratégia é retomado, simultaneamente, na Itália, pelo Almirante Giuseppe Fioravanzo⁶⁰, e, nos Estados Unidos, por Edward Mead Earle⁶¹, para justificar a mobilização de todos os recursos da nação tendo em vista a guerra total⁶², cujas diferentes dimensões são analisadas por inúmeros autores⁶³. Em 1943, Derwent Whittlesey retoma sem conhecer a idéia de Castex e fala da estratégia política ao lado da estratégia militar⁶⁴. No ano seguinte (1944), aparece o conceito de **estratégia global**⁶⁵. Ao que parece, na mesma época, a doutrina norte-americana põe-se a falar de **estratégia nacional**. O processo de propagação que se segue é muito rápido, ao ponto de, a partir dos anos 1940, alguns se preocuparem ao ver a palavra estratégia assim “maltratada... Vê-se falar de estratégias das retaguardas, de estratégias das fabricações, de matérias-primas estratégicas, enquanto os termos de manobra das retaguardas ou política das fabricações se ajustariam tão bem, senão melhor”⁶⁶.

27 – Terceira extensão: a generalização da estratégia

A extensão efetuada no período entre as duas guerras representa uma ruptura da essência original do conceito, porém trata-se de uma evolução no que diz respeito aos meios. Os fins

57. Almirante Castex. *Théories stratégiques*, I, p.251.

58. Almirante Castex. *Théories stratégiques*, III, p 52 - 53.

59. *La guerre des cinq continents*, por meio de crítica militar constante da revista *La France libre*, Londres, p.13, 1944.

60. Almirante Fioravanzo. Grande strategia. *Nuova Antologia*, 01 jul. 1940.

61. EARLE, Edward Mead. Political and military strategy for the United States. *Proceeding*, 1941.

62. Os norte-americanos transpõem essa idéia ao seu próprio passado. É em 1948 que a Guerra da Secessão é qualificada, pela primeira vez, como uma guerra total.

63. No plano econômico: HAIG, Robert M. *Financing total war* (1942); CRUM, Williams L. *Fiscal planning for total war* (1942); BEKWITH, Burnham P. *Total war: the economic theory of war economy* (1943)...

64. WHITTLESEY, Derwent. Haushofer: les géopoliticiens. In: EARLE, Edward Mead. *Les maîtres de la stratégie*, 1943. Paris: Berger-Levrault, 1982. t.2, p.130.

65. Richard E. Harrison et Hans Weigert. WEIGERT, Hans; STEFANSON, Vilhjalmur. *Compass of the world*. New York: Macmillan, 1944. p.83. O conceito é retomado após a guerra pelo Vice-Marechal-do-ar Kingston-McCloughry, E.J. *Global Strategy*. Londres: Jonathan Cape, 1957.

66. Général Bertrand. *Allocution terminale au Cours Supérieur Inter-Armées*, 1948-1949. p7.

permanecem sendo do Estado. A estratégia abarca a arte e a ciência do Estado a serviço da guerra total. Depois da Segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma **última evolução, que vai fazer com que a estratégia saia da esfera estatal e bélica, passando então a ser aplicada a qualquer atividade social**. Uma etapa decisiva é a adoção do conceito pelos criadores da teoria dos jogos, von Neumann e Morgenstern, em 1944. Enquanto os precursores do planejamento na empresa, o francês Fayol ou o norte-americano Taylor, falavam de administração, ou de direção, ou de política de empresa (*Business Policy*), os economistas dos anos 1950⁶⁷ começam a falar de estratégia de empresa, noção que aparece nas empresas aeronáuticas dos EUA (em particular na Lockheed) trabalhando para o Pentágono.

Desde então, a estratégia é apenas um “*conjunto de ações coordenadas de operações engenhosas e de manobras tendo em vista alcançar um propósito determinado*”⁶⁸. **A sociedade civil importa um conceito fundamentalmente militar, no momento em que os militares adotam maciçamente os conceitos civis**. A estratégia vê-se assim rivalizada, a partir da era Mc Namara, pelo *defense management* e pela gestão de crises.

28 – A confusão dos conceitos

Essa interpenetração certamente foi benéfica. Ela favoreceu a ação de regar os novos instrumentos de análise e a descoberta recíproca de dois meios que, até então, tinham coexistido, reduzindo os seus contatos ao mínimo. Ao mesmo tempo, ocasionou uma **extraordinária confusão no plano de conceitos**. Certos autores falam hoje de uma estratégia da diplomacia, enquanto outros se referem a uma estratégia diplomática. Até mesmo, o que é o cúmulo, autoridades eminentes do setor político e militar adotam conceitos totalmente desprovidos de pertinência e mesmo de sentido: um dos instrumentos privilegiados da gestão de crises passou assim a ser a gesticulação, que recebe um *status* oficial, esquecendo a definição mais antiga do termo: gesticular é mover-se de maneira grotesca e desordenada; é a antítese de toda estratégia (e, também, de toda política), qualquer que seja a definição adotada. Mesmo uma expressão menos caricata, como gestão de crises, é imprópria: a gestão é inseparável da idéia de conservação: gere-se um capital, uma empresa; não se gere uma crise, tenta-se solucioná-la. Seria melhor falar de manobra das crises, como fez o Almirante Duval⁶⁹ (começa-se também a falar de domínio de crises⁷⁰, expressão bastante ambígua). O vocabulário militar se revela mais adaptado do que o civil.

A ampliação do conceito de estratégia era necessária, mas foi introduzida de tal modo que **resultou, de fato, em uma dissolução**. É o caminho errado que percorre Charles-Philippe David, quando propõe novos eixos de pesquisa:

Os analistas de estratégia devem desconfiar muito dos ensinamentos do pensamento clássico que não podem explicar a complexidade da realidade contemporânea...

67. Um dos primeiros autores sobre o tema da gestão a fazer referência explícita à estratégia é WILLIAMS, J. D. *The compleat strategist*, 1954. Tradução para o francês: *La stratégie dans les actions humaines, les affaires, la guerre et les jeux*. Paris: Dunod, 1962. Depois dele, vêm, entre outros, CHANDLER, A. *Strategy and structure*, 1962; ANSOFF, H. *Igor. Corporate Strategy*, 1965...

68. *Trésor de la langue française*.

69. DUVAL, Marcel. Crise et décision. *Le trimestre du monde*, 23, p40, 1993 - 3.

70. Décalque de l'allemand *Krisenbewältigung*.

Os estrategos devem parar de dar prioridade aos Estados nas suas explicações sobre as dimensões militares e não-militares da segurança. Os estudos estratégicos devem levar em consideração tanto as “Low Politics” quanto as “High Politics” e analisar os aspectos econômicos, sociais, culturais, ecológicos ou ideológicos que contribuem para redefinir os problemas de segurança.⁷¹

As novas teorias construtivistas e críticas chegam assim a uma segurança “global” ou “humana” que tenta responder às ameaças planetárias de todo tipo, inclusive ecológicas⁷². Porém, a idéia de uma estratégia contra o buraco da camada de ozônio ou contra o desmatamento no Terceiro Mundo denota simplesmente um abuso de linguagem, assim como uma idéia da estratégia contra a pobreza. O senso comum, longe de ser mau conselheiro, sugere enfaticamente que se trata de problemas fundamentalmente políticos, nos quais o elemento violento está ausente ou é acessório.

Contra a confusão, é necessário **reencontrar a essência da atividade estratégica** de operar, se fosse permitido usar uma expressão teológica, uma apocalástase (retorno à pureza original) da estratégia. O modelo é estabelecido pela reflexão de Michel Villey sobre a filosofia do direito⁷³ ou pelas de Carl Schmitt e por Julien Freund sobre a política⁷⁴. É preciso encontrar um critério que permita definir o que é o direito ou o que é a política. Carl Schmitt identifica como critério da política a designação do adversário: o grupo forma a sua identidade tendo como referência os outros grupos⁷⁵. Da mesma maneira, é preciso reencontrar o critério da atividade estratégica. Um simples conflito de interesses e uma avaliação racional para resolver qualquer problema não são suficientes para caracterizar a estratégia.

SEÇÃO III – A ESSÊNCIA DA ESTRATÉGIA

29 – Segunda tentativa de definição: a estratégia como dialética

Se a idéia de uma estratégia aplicável a qualquer tipo de atividade social for descartada, é preciso encontrar uma nova definição que considere as suas sucessivas ampliações, mantendo-se fiel à essência do conceito. Isso leva a descartar as definições por demais genéricas,

71. DAVID, Charles-Philippe. *Les études stratégiques*. Paris: FEDN-Méridien, 1989. p.504.

72. Boa apresentação das novas abordagens sobre segurança estão em DAVID, Charles-Philippe; ROCHE, Jean Jacques. *Théories de la sécurité*. Paris: Montchrestien: 2002.

73. VILLEY, Michel. *Seize essais de philosophie du droit*. Paris: Dalloz, 1977. “É preciso, a exemplo dos gregos, se dar logo um conceito da finalidade da arte jurídica, definir o direito.”

74. SCHMITT, Carl. *La notion de politique*. Paris: Calmann Lévy, 1972; FREUND, Julien. *L'essence du politique*. Paris: Sirey, 1965.

75. Outros autores preferem o critério da busca do bem comum.

76. Como essa: “A estratégia é, em tempo de paz, assim como em época de guerra, a arte de harmonizar os “espaços-tempo” específicos de cada categoria de meios empregados, para conservar uma liberdade de ação máxima e resultar em uma situação tática vantajosa, em poder ou em ação, que permitirá, a custo mínimo, satisfazer às necessidades políticas definidas”. General GAMBIEZ, F. e Coronel SUIRE, M. *L'Épée de Damocles. la guerre en style indirect*. Paris: Plon, 1967. p.33.

desligadas de todo aspecto conflituoso, ou muito sofisticadas, que têm o risco de gerar discussões sem fim⁷⁶.

A aproximação mais conforme parece ser a do General Beaufre: em sua obra *Introduction à la stratégie* (1963), ele define a estratégia como uma “*dialética de vontades empregando a força para resolver o seu conflito*”⁷⁷. Ele retoma (sem citá-la) uma expressão do criador do conceito moderno, Joly de Maiseroy, que falava de “*dialética militar*”. A idéia é excelente, e não deve existir, provavelmente, nesse momento, uma identificação mais operacional dessa coisa ambígua que é a estratégia. Retomemos os elementos desta definição, modificando-a e completando-a levemente: *a estratégia é a dialética das inteligências, em um meio conflituoso, baseada na utilização ou na ameaça de utilizar a força para fins políticos*.

30 – Dialética das inteligências

O General Beaufre citava a dialética das vontades, mas essa inclui tanto a estratégia como a tática. É melhor, então, falar de dialética das inteligências, para destacar que a estratégia constitui o nível superior, em que o discernimento, a astúcia, e a velocidade de reação levam vantagem sobre a força pura, a qual se manifesta muito mais na condução do combate. O sociólogo Julien Freund expressou bem a diferença de ponto de vista entre os dois níveis: a estratégia é da inteligência, a tática é da vontade⁷⁸. Nenhum erro estratégico pode ser imputado a Frederico II antes da sua derrota em Kunersdorf (1759), mas suas combinações fracassaram diante da obstinação do soldado russo⁷⁹. Jomini o tinha dito em uma das suas formulações: “*O talento nem sempre leva a ganhar as batalhas; mas só ele sabe tirar partido da vitória*”⁸⁰. Na decisão estratégica, “*não se trata unicamente de fazer prova de vontade, mas de mostrar sua capacidade para dominar uma situação*”⁸¹.

O propósito da ação estratégica⁸² é, como o dizia o Coronel Carrion-Nisas, no início do século XIX, “*produzir o mais possível com o menor consumo possível*”, para aplicar “*a lei de ação mínima*”⁸³. Suvorov, o general das 63 vitórias, que nunca tinha conhecido a derrota, dizia: “*pode-se atacar o inimigo a um contra quatro ou cinco, com a condição de agir com arte e inteligência*”⁸⁴. Não se trata de uma simples fórmula: em Narva (1700), Carlos XII, da Suécia, esmaga, com nove mil homens e dez peças de canhão, um exército russo de seis mil homens e 145 canhões. E podem ser multiplicados os exemplos.

Afirmar o primado de inteligência não significa de maneira alguma depreciar a parte da vontade. A primeira é impotente sem a segunda, como já o dizia Raymond de Fourquevaux no

77. BEAUFRE, André. *Introduction à la stratégie*, 4.ed. Paris: IFRI – Économica, 1985. p.16.

78. FREUND, Julián. *Philosophie et sociologie*. Louvain-la-Neuve: Cabay, 1985. p. 115.

79. A vitória russa foi obtida a um preço tão elevado que o General Soltikof escreveu para a Imperatriz dizendo que se ele alcançasse outra vez uma vitória semelhante, iria levar a boa nova a pé, com um bastão na mão.

80. Barão Jomini. *Traité des grandes opérations militaires*. 4.ed. Paris: Tanera, 1851. t.2, p. 468.

81. FREUND, Julien. Que veut dire: prendre une décision? *Nouvelle École*, 41, p.52, automne 1984.

82. Ninguém ousa mais falar de inteligência estratégica desde o destino da deplorável expressão *inteligência econômica*, que é apenas, na origem, um decalque do inglês *intelligence*, cujo significado é simplesmente informação (*renseignement* em francês).

83. Coronel Carrion-Nissas. *Essai sur l'histoire générale de l'art militaire*. Paris: Chez Delaunay et J.P. Trouvé, 1824. p.5.

84. Citado pelo General Andolenko. *Histoire de l'armée russe*. Paris: Flammarion, 1967. p.92.

85. Citado em VERRIER, Frédérique. *Les armes de Minerve*, p.95.

século XVI: “*Numerosos são aqueles que raciocinam com uma grande eloquência sobre as coisas da guerra, mas raros são os que sabem tomar uma decisão na situação de perigo*”⁸⁵. Joseph de Maistre, visionário incomparável, propôs um tríptico que caracteriza perfeitamente nosso domínio: “*Toda inteligência é, pela sua própria natureza, o resultado, ao mesmo tempo, ternário e único, de uma percepção que apreende, de uma razão que afirma, de uma vontade que age*”⁸⁶. A percepção emana de uma formação e, de um modo mais global, de uma cultura estratégica, que inspira os modelos, os estereótipos. Muitos dos práticos os reproduzem sem submetê-los efetivamente a um exame crítico: eles fazem aquilo o que aprenderam, o que viram fazer. O verdadeiro estrategista, ao contrário, submete esta percepção ao prisma da razão, a qual, combinada com a experiência, irá permitir-lhe elaborar uma doutrina pessoal. A forma pela qual será empregada é assunto de vontade: não faltam exemplos de chefes capazes de analisar lucidamente uma situação, mas impotentes em reagir para modificar o curso de um acontecimento. Parafraseando São Tomás de Aquino, poder-se-ia dizer que **a estratégia é um assunto da inteligência, comandada pela vontade**.

31 – O inimigo como constituinte da relação estratégica

Esta inteligência se choca com uma inteligência antagônica. A estratégia é uma relação de troca, de um tipo certamente particular, mas que só pode ser feita a dois. Ela é bem filha da política, visto que supõe, de início, a designação do adversário. **Ela é, fundamentalmente, um fenômeno de ação/reação**. Todo movimento de um dos protagonistas deve suscitar uma resposta do seu adversário.

Esta é uma verdade conhecida de longa data, uma vez que já é encontrada entre os mestres da estratégia chinesa, Sun Tzu e Sun Bin: os seus aforismos fazem referência, constantemente, ao inimigo. Para Sun Tzu:

Aquele que conhece seu inimigo e conhece a si mesmo conduzirá cem combates sem risco.

Aquele que não conhece seu inimigo, mas conhece a si mesmo alcançará uma vitória por uma derrota.

*Aquele que não conhece seu inimigo, nem a si mesmo estará em perigo a cada combate.*⁸⁷

Quanto a Sun Bin, além dos planos, dos ardis e do terreno:

É preciso observar o inimigo... é preciso sempre atacar no lugar onde o inimigo não se defende.

*Os melhores combatentes conhecem as fraquezas do inimigo examinando seus pontos de excelência, sabem do que o inimigo é capaz ao examinar as suas incapacidades.*⁸⁸

No século XVII, Montecucculi, o rival de Turenne, faz do conhecimento do inimigo a chave do sucesso para a guerra:

86. MAISTRE, Joseph. *Les soirées de Saint-Petersbourg*. Paris: Librairie grecque, latine et française, 1821. t.1, p.87.

87. Sun Zi. *L'art de la guerre*. Paris: Économica, Bibliothèque stratégique, nelle éd. 1999.p.114.

88. Sun Bin. *Le traité militaire*. Paris: ISC-Économica, Bibliothèque stratégique, 1996. p. 16 e 102.

89. *MÉMOIRES* de Montecucculi, com os Commentaires de Comte Turpin de Criseé. Paris: Chez C.A. Jombert, 1770. t.1, p. 341.

A arte de conhecer o gênio do general inimigo e o da nação que ele comanda contém a arte de vencer os dois.⁸⁹

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a ideologia da ofensiva pretendeu afastar a vontade do adversário para reter, apenas, a sua própria. O ápice é atingido em 1911 com as célebres conferências do Coronel de Grandmaison: “*Para atacar, somente duas coisas são necessárias: saber onde está o inimigo e decidir o que se quer fazer. O que o inimigo deseja fazer, pouco importa*”.⁹⁰ A sanção será rigorosa em 1914. Não reconhecer a vontade do inimigo significa violar o axioma fundamental da estratégia, lembrado por Napoleão em uma máxima ditada em Santa Helena:

Não faça o que quer o inimigo, pela única razão que ele o deseja; evite o campo de batalha que ele reconheceu, estudou, e, com mais cuidado ainda, aquele que ele fortificou e onde ele está entrincheirado.⁹¹

Uma tendência recente esvazia o critério do inimigo para substituí-lo por outros de caráter mais geral, negativo ou positivo. Do ponto de vista negativo, Thierry de Montbrial retém o do obstáculo, o que leva-o a definir a estratégia como:

a ciência ou a arte da ação humana concludente, voluntária e difícil... Concludente quer dizer direcionada para objetivos ou propósitos identificados com precisão; voluntário quer dizer que a vontade (que é ligada à duração) da unidade ativa representa uma condição fundamental para a realização do objetivo; difícil quer dizer que esta realização demanda esforços substanciais e, portanto, prolongados, para superar ou anular os obstáculos, incluindo geralmente adversários providos de estratégias antagonistas.⁹²

Entende-se bem a lógica dessa substituição, indispensável à ampliação do conceito de estratégia além da esfera política-militar, para aplicar-se a “*todos os âmbitos de ação, em particular a condução das organizações de toda natureza, tal como os agentes econômicos e, notadamente as empresas*”.⁹³ O problema é que a noção de obstáculo é vaga demais para delimitar qualquer coisa que seja. Retomando os critérios enunciados por Thierry de Montbrial, o ato estratégico por excelência é a escalada do Everest, ação perfeitamente concluída (atingir o pico, e, se possível, descer), voluntária (ninguém é obrigado a tentar realizar a experiência) e difícil (e quanto...). Tudo é estratégico, e a estratégia não está mais em parte alguma, a degeneração do conceito está consumada. A definição proposta pode ser aplicada à praxeologia (teoria geral da ação humana – pensamento econômico – anos 1930, Ludvig von Hises, Escola austríaca), esta ciência da ação idealizada pelo sociólogo Espinas ao final do século XIX; ela não explica bem a essência da estratégia.⁹⁴

Do ponto de vista positivo, uma corrente que tende a tornar-se dominante, pelo menos entre os “cientistas políticos”, pretende colocar no âmago da estratégia a pesquisa da segurança: “*A estratégia reconhece o potencial do conflito em toda condução de uma política*

90. Coronel de Grandmaison. *Deux Conférences. La notion de sûreté et l'engagement des grandes unités*. Paris: Berger-Levrault, 1911. p.18. É verdade que Grandmaison se situava no nível tático. Mas ele exprimia um estado de espírito generalizado.

91. *Commentaire de Napoléon Ier*, t.6, p. 265.

92. MONTBRIAL, Thierry. *L'action et le système du monde*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. p. 142.

93. Thierry de Montbrial, posto antes em MONTBRIAL, Thierry de; KLEIN, Jean (Dir.). *Dictionnaire de stratégie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. Article “Stratégie”.

94. Seria necessário em outra parte examinar-se sobre as relações entre estratégia e praxeologia. Thierry de Montbrial se restringe a notar que “a estratégia está no coração da praxeologia, sem uma maior exatidão”.

de segurança, mas pode optar ou pela via militar ou pela via de resoluções do conflito”⁹⁵. O problema é que não há nenhum consenso sobre o conceito de segurança, que pode ser militar, econômico, social ou socializável, ambiental... sem nenhuma lógica comum, e a definição dos objetivos de segurança depende mais da política do que da estratégia. Quando Barry Buzan descreve essa nova estratégia como decorrendo de ameaças existenciais sobre o meio ambiente e cuja urgência requer soluções que não podem passar pelo canal habitual do debate político⁹⁶, ele apenas exprime uma opinião pessoal e não uma realidade internacional. É muito fácil dar vários exemplos: os Estados Unidos se recusaram a avalizar as conclusões da conferência de Kyoto; a França e a Espanha sofrem dos efeitos das marés negras, sem que disso tivessem resultado medidas internacionais proibitivas, por toda parte, são os imperativos nacionais que vingam sobre as ditas urgências desta estratégia global. A defesa dessa idéia traduz ou as aspirações do teórico para um avanço epistemológico maior, talvez desejável, mas hipotético, ou as aspirações do militante que não aceita o mundo da globalização e tenta substituí-lo por um modelo político alternativo. Em todos esses casos, trata-se de projetos cuja racionalidade científica é discutível, para usar um eufemismo.

A única maneira de sair deste buraco é voltar à noção de inimigo e à dialética das inteligências que ela engendra. Pode-se ter aí uma estratégia contra o terrorismo, porque existem os terroristas, enquanto não há estratégia contra o buraco na camada de ozônio, porque, apesar de ser uma ação de origem humana, a responsabilidade disso é repartida entre um grande número de indivíduos e de grupos, aos quais é muito difícil de tratar como inimigos (exceto se for considerada a possibilidade de um totalitarismo planetário à Orwell, 1984!). Quando não há a dialética, não há estratégia.

32 – Em um meio conflituoso

O conflito comandado pela estratégia tem um fim que é a vitória.⁹⁷ O objetivo é a destruição ou, ao menos, o enfraquecimento do adversário, a fim de impor-lhe a nossa vontade. É preciso haver um vencedor e um vencido. A estratégia pura é, fundamentalmente, **um jogo de soma zero**: o que um ganha o outro perde, de sorte que, em teoria pura, o produto final permanece constante. Efetivamente, na prática, as coisas não se passam sempre assim: o enfraquecimento geral dos beligerantes pode proporcionar lucros a um terceiro e produzir um resultado global negativo, enquanto que, mais raramente, o conflito pode ser um incentivo que dê lucros, ainda que de forma desigual, para todos os beligerantes, gerando um resultado global positivo. Este é, aliás, percebido poucas vezes como tal, visto que um conflito entre Estados não se reduz a uma simples competição de interesses, pois move paixões que exigem a indicação de um vencedor e um vencido. Mesmo que todos os países da Europa saíssem enfraquecidos da Primeira Guerra Mundial, e pagassem, posteriormente, o preço disso, os aliados continuariam a ser os vencedores.

O conflito fundamental é o duelo. “*A guerra nada mais é que um duelo considerado em uma escala mais ampla*”.⁹⁸ O sociólogo francês Gabriel Tarde, no início do século XX, formulou a *Teoria da Lógica do Duelo*.

95. DAVID, Charles-Philippe; ROCHE, Jean-Jacques. *Théories de la sécurité*, p. 86.

96. BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder-Londres: Lynne Rienner, 1998. p 45.

97. Fique bem esclarecido que se trata de um fim intermediário, o fim último é de uma outra ordem, pertence à política.

98. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 51.

Viram alguma vez, na Antigüidade, na Idade Média ou nos tempos modernos, uma batalha entre três ou quatro? Jamais. Pode haver sete ou oito, dez ou doze exércitos de nacionalidades diferentes, mas existirão apenas duas forças opostas em presença, do mesmo modo que, no conselho de guerra que precedeu a batalha, somente houve duas opiniões ao mesmo tempo, em frente e ao combate, para cada plano, a saber: opinião que o preconizava e o grupo das outras que concordavam em reprová-lo. Fica visível que a desavença, a contenda a decidir, em um campo de batalha, resume-se sempre em um sim oposto a um não.⁹⁹

O resultado é, segundo a pertinente fórmula de Gaston Bouthoul, “uma *extraordinária simplificação da situação*”¹⁰⁰. Quase não se pode citar nenhum caso convincente de guerra entre unidades políticas desenvolvidas, onde uma combata contra as outras, sem que apareçam alianças, pelo menos tácitas. Na Iugoslávia, em 1941-1942, os dois ramos da resistência, monarquista e comunista, combatiam entre si e contra os alemães. Estes se deram conta disso e concentraram seus ataques contra Tito a partir de 1943, e este, em face de tal ameaça militar e das pressões diplomáticas dos aliados, foi obrigado a adiar para mais tarde o seu combate contra Mihailovich.¹⁰¹ Conhece-se, para a época contemporânea, só uma exceção notável: “a *guerra triangular*”¹⁰² na China nos anos 1930, com o cruzamento da guerra civil entre nacionalistas de Chiang Kai-shek e comunistas de Mao-Tse-Tung, e da guerra nacional contra o invasor japonês; exceção que se explica pela combinação de dois conflitos de natureza diferente e, sobretudo, pela imensidão do território chinês que limitava fortemente as interações sobre os diferentes teatros. Mao estava protegido no seu longínquo esconderijo do Sechouan. Chiang podia perder muito chão diante dos japoneses, sobrava-lhe ainda um território imenso: o invasor estrangeiro representava um grande perigo, mas não uma ameaça mortal exigindo que todas as energias fossem voltadas contra ela.

A partir da sociologia de Georg Simmel¹⁰³, Julien Freund tende a uma conclusão semelhante: “*Todo conflito se caracteriza pelo aniquilamento do terceiro devido à redução característica dos grupos em amigos e inimigos*”¹⁰⁴, enquanto o sociólogo norte-americano Robert Caplow formula a **lei de coalizão nas tríades**: três protagonistas tendem a reduzir-se a dois¹⁰⁵, os dois mais fracos coligam-se contra o mais forte, ou os mais fortes põem-se de acordo para massacrar o mais fraco.

99. TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation*, 1890. Paris: Kimé, 1993. p. 168-169.

100. BOUTHOU, Gaston. *Traité de polémologie: sociologie des guerres*. Paris: Payot, 1970. p.328.

101. Essa lei é observada também nas sociedades menos evoluídas. Durante a guerra dos afegãos contra a ocupação soviética, os ódios tribais levaram, várias vezes, a alianças, “contra a natureza”, tácitas e voláteis, com o invasor, o qual eles pretendiam combater.

102. *A expressão é de Jules Monnerot em La guerre en question*. Paris: Gallimard, 1951. p.23.

103. SIMMEL, Georg. *Sociologie*, 1908. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. cap4, “Le conflit”.

104. FREUND, Julien. *Sociologie du conflit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. p.14.

105. CAPLOW, Théodore. *Deux contre un: les coalitions dans les tríades*. Paris: Armand Colin, 1972.

33 – As leis de ação recíproca de Clausewitz

Clausewitz é, provavelmente, o teórico que desenvolveu até o ponto mais distante a análise das implicações do duelo. Desde as primeiras páginas do seu tratado, ele confirma a natureza da guerra:

A guerra nada mais é do que um duelo em uma escala ampla. A guerra é, pois, um ato de violência destinado a obrigar o adversário a executar a nossa vontade.

A guerra é um conflito de grandes interesses marcado pelo sangue e é somente nisso que ela difere dos outros conflitos. Seria melhor compará-la, senão a uma arte qualquer, ao comércio, que também é um conflito de interesses de atividades humanas.¹⁰⁶

A partir desta definição, ele enuncia, desde os primeiros parágrafos do seu tratado, suas leis de ação recíproca, que irão fundamentar o conceito, célebre entre todos, da ascensão aos extremos.

1. Cada um dos adversários fcomando o outro, do que resulta uma ação recíproca, a qual, enquanto conceito, deve ir aos extremos.

2. A guerra não é a ação de uma força viva sobre uma massa morta, mas, como a “não-resistência” absoluta seria a negação da guerra, ela é, sempre, a colisão de duas forças vivas, e o que nós dissemos do fim supremo dos atos de guerra aplica-se implicitamente às duas partes. Ainda aqui a ação é recíproca. Enquanto eu não tenha abatido o adversário, posso recear que ele me abata. Não sou o meu próprio mestre, uma vez que ele me comanda, assim como eu o comando. Aí está a segunda ação recíproca, que nos conduz à segunda extremidade.

3. Se o que se deseja é bater o adversário, é necessário expor ao sacrifício a sua força de resistência... Ao supor que a nossa avaliação do poder de resistência inimigo seja mais ou menos verossímil, nós podemos então adaptar a ele os nossos esforços na devida proporção, aumentá-los de modo que nos assegure a preponderância, ou, caso não tenhamos os meios para isso, fazer o melhor possível. Porém, o adversário faz a mesma coisa; daí uma nova competição que, na teoria pura, implica mais uma vez uma subida às extremidades. Nós encontramos aqui a terceira ação recíproca e a terceira extremidade.¹⁰⁷

Estas leis exigem três observações:

1– Clausewitz toma bastante cuidado ao precisar que ele se coloca aqui “*no domínio abstrato do conceito puro*”. Na realidade, as coisas são outras: “*O princípio puro da hostilidade... está sujeito a atenuantes e limitações que são provenientes de causas inerentes ao mecanismo*”.¹⁰⁸ Clausewitz retém três deles:

- a guerra nunca é um ato isolado... (ela) não irrompe jamais de maneira completamente repentina;
- a guerra não consiste em um único golpe sem duração;

106. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 51 e 145.

107. Ibid., p. 53 - 54.

108. Ibid., p. 671.

– a guerra nunca é algo absoluto no seu resultado... muitas vezes o Estado vencido vê mais na sua derrota um mal transitório, para o qual as circunstâncias políticas posteriores poderão fornecer um remédio.¹⁰⁹

Este é um dos pontos sobre os quais os contrassensos foram os mais numerosos, facilitados pela falta de acabamento de *Vom Kriege*. Raymond Aron esclareceu magistralmente sobre isso, insistindo na idéia de que Clausewitz apenas chegou, provavelmente, ao fim de sua pesquisa, a saber, a possibilidade de um movimento de sentido contrário àquele da ascensão aos extremos, movimento extrínseco à guerra no significado limitado de prova de força, mas intrínseco à guerra segundo a sua definição completa, não mais como uma coisa autônoma, porém como um fragmento do conjunto político.¹¹⁰

Os mecanismos que bloqueiam a ascensão aos extremos são muito diversos. Eles resultam tanto de resistência da sociedade, cuja totalidade de seus membros não está igualmente disposta ao sacrifício supremo (a União sagrada só realiza-se em circunstâncias excepcionais e ela dificilmente resiste a um conflito prolongado) como da intervenção, em todo o conflito, de terceiros: os neutros¹¹¹, os quais é preciso levar em conta se não se quer que eles se transformem em inimigos. Os alemães tiveram sobre isso uma experiência em 1914, quando a violação da neutralidade belga provocou a entrada na guerra da Grã-Bretanha, e, em 1917, quando a declaração da guerra submarina irrestrita provocou a entrada no conflito dos Estados Unidos.

2 – O fato de se recusar a reconhecer o inimigo não é o bastante para aniquilá-lo, pois ele impõe a sua lei. Este é, hoje, um axioma freqüentemente perdido de vista. Lembra-se a declaração espantosa de um ministro em exercício após o atentado do Drakkar: “*A França não é inimiga do Líbano*”, o que causou a resposta seguinte da Senhora Garaud, ditada por um bom senso que não negaria a Clausewitz: “*Mas, sim, a França tem inimigos no Líbano, a prova está em que eles atiram contra ela*”.

3 – A terceira ação recíproca, que resolve antecipar as reações do inimigo, foi levada ao extremo pela era nuclear com a “*worst case analysis*” (análise do pior caso) oriunda dos analistas norte-americanos: a hipótese marginal, que não tem, praticamente, nenhuma chance de manifestar-se, mas que é teoricamente possível, acaba por comandar todo o raciocínio. Daí uma corrida sem fim ao aperfeiçoamento técnico e ao crescimento quantitativo dos arsenais, por causa da confusão, denunciada por Clausewitz, entre o domínio abstrato do conceito puro e a realidade, entre a **guerra absoluta** e as **guerras reais**.

34 – Teoria do conflito e teoria dos jogos

Esta visão foi violentamente contestada pelas pesquisas modernas. O economista Thomas Schelling publicou, em 1960, *The strategy of conflict*, que se impôs imediatamente como um clássico. Na obra, ele desenvolveu particularmente duas idéias fundamentais:

1. Há sempre uma margem de interesse comum, qualquer que seja a situação conflituosa, “*mesmo no caso dessa cooperação limitar-se, ao final das contas, a impedir o risco da destruição mútua*”.¹¹²

109. Ibid., p. 5557.

110. ARON, Raymond. *Penser la guerre, Clausewitz*. t.1, p. 10-11.

111. Cf. FREUND, Julien. L'ennemi et le tiers dans l'État. *Archives de philosophie du droit*. v. XXI, 1976.

112. SCHELLING, Thomas C. *Stratégie du conflit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. p.11. Thomas C. Schelling recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2005 por sua contribuição à teoria dos jogos.

2. Na maioria das situações conflituosas, existe “*a necessidade fundamental de dar a conhecer suas intenções ao adversário*”.¹¹³ A ameaça e a coação são, ao final, um tipo de comunicação.

O livro de Schelling, de uma grande riqueza teórica, abriu caminhos fecundos. Ele atraiu a atenção sobre a existência de canais informais de comunicação entre os adversários e sobre o caráter complexo de um conflito, mas a partir de um quadro preciso, o da teoria dos jogos. O jogo de estratégia é aquele em que “*a melhor decisão de cada um dos jogadores depende da idéia que um jogador faz da escolha eventual do que está na frente dele*”.¹¹⁴

Mas a guerra não é um jogo, ela é, como foi dito por Clausewitz:

um verdadeiro camaleão... uma surpreendente trindade onde se encontra a **violência** original de seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um estímulo natural cego, em seguida o **jogo das probabilidades e do acaso** que fazem dela uma livre atividade da alma, e **sua natureza subordinada de instrumento da política**, pela qual ela pertence ao entendimento puro.¹¹⁵

A teoria dos jogos é conduzida para minorar o aspecto violento, a fim de valorizar o aspecto da comunicação. Mas tal resultado apenas pode ser obtido por um desconhecimento da natureza do conflito, como sublinhou Julien Freund desde 1971:

Em um jogo, as regras são fixadas na partida e definem em particular o tempo de enfrentamento e os critérios que permitem determinar o vencedor. Tudo acontece, portanto, em campo fechado, e, freqüentemente, pode-se recomeçar o jogo tantas vezes quanto se queira. No conflito, salvo alguma exceção, os meios não regulam o avanço, nem a duração, de sorte que o desenvolvimento depende, essencialmente, da determinação das vontades em oposição. É a capacidade ou o poder de quebrar a resistência do outro que fará o vencedor. O jogo respeita um *status quo* – aquele que fixa as regras –, mas o conflito tem justamente por objetivo modificá-lo, para forçar o vencido a cumprir a vontade do vencedor. O conflito desenvolve também suas próprias normas no ritmo do seu desenvolvimento.¹¹⁶

A diferença é decisiva. O próprio Schelling reconhece que “*na estratégia de ação... a teoria clássica dos jogos demonstrou ser menos proveitosa*”¹¹⁷ e pode somente dar como exemplos “militares” a dissuasão e a guerra limitada, isto é, casos de formas específicas. Da mesma maneira que a ascensão aos extremos de Clausewitz é apenas um esquema teórico, num modelo ideal weberiano, o jogo de soma zero continua a ser um modelo ideal da estratégia.

35 – Diferença com a economia

É aí que consiste a **diferença fundamental em relação à competição econômica**: nesta, o objetivo não é destruir o inimigo, mas suplantá-lo, o que exclui, *a priori*, o uso de meios violentos. O concorrente é um obstáculo, porém a sua destruição não é o propósito principal, que é o de persuadir um terceiro, o cliente. Na teoria pura, este

113. SCHELLING, Thomas. *Stratégie du conflit*, p.111.

114. Ibid., 115.

115. CLAUSEWITZ, Carl. *De la guerre*, p. 69.

116. FREUND, Julien. Polémologie, science des conflits. *Études Polémologiques*, n. 4, p. 23, abr.1972.

117. SCHELLING, Thomas C. *Stratégie du conflit*, p.111.

é livre e só responderá à solicitação do qual ele é o objeto se ele tiver algum interesse. Não há nada para modificar na análise magistral de Georg Simmel, um dos fundadores da sociologia alemã:

A linguagem só admite o uso do termo competição quando a luta consiste nos esforços paralelos dos dois partidos na intenção de um único e mesmo desafio...A forma pura da concorrência não está em primeiro lugar em uma luta ofensiva e defensiva porque o desafio do combate não se encontra nas mãos de um dos adversários...Se a vitória sobre o concorrente é, cronologicamente, um primeiro passo obrigatório, ainda não significa nada por si só, mas o propósito de toda a ação só será atingido quando existir um valor completamente independente em si mesmo desse combate... [Na concorrência, luta-se] ao mesmo tempo, para eliminar um rival e para seduzir uma terceira pessoa... [A concorrência] é um combate conduzido com a ajuda de realizações objetivas que proporcionam ganhos a terceiras pessoas.¹¹⁸

O grande jurista e cientista político alemão Carl Schmitt insiste vigorosamente sobre esta diferença entre a guerra e as formas de rivalidade que não levam ao recurso à violência.

A guerra é uma luta armada... A característica essencial de uma arma é ser um meio de provocar a morte física de seres humanos. A exemplo da palavra inimigo, a palavra luta deve ser entendida aqui no seu sentido original e existencial. Não é uma simples concorrência que essa palavra significa, nem a luta exclusivamente intelectual da discussão, nem esta luta simbólica na qual, por fim, cada pessoa está, de qualquer maneira, engajada a todo instante, já que as coisas são feitas assim, e que a vida humana em toda sua inteireza é um combate e toda pessoa um combatente. Os conceitos de amigo, inimigo, combatente têm seu significado objetivo da relação permanente que possuem com o fato real, a possibilidade de provocar a morte física de um homem.¹¹⁹

A analogia entre a estratégia e a economia, popularizada com sucesso pelos livros sobre a guerra econômica, é perigosa. Ela não é necessariamente falsa: existem casos em que a competição econômica se transforma numa luta de poder, na qual a eliminação dos concorrentes torna-se um fim em si e justifica o emprego de meios parecidos com os da estratégia (espionagem, eventualmente sabotagem). Porém, não se trata de uma regra geral, mesmo quando tais comportamentos, nos dias de hoje, parecem multiplicar-se. Não é porque um dos atores da vida econômica torna-se mais rico, que os outros devam tornar-se mais pobres. Ao contrário, um dos axiomas da teoria econômica é de que o crescimento de um país ou de um dado setor deve ter um efeito de arrasto sobre os outros países ou setores. Um crescimento setorial é benéfico para o global. O aumento de participação de mercado para uma empresa não significa, necessariamente, a ruína dos seus concorrentes em um contexto de desenvolvimento da demanda global.¹²⁰

118. SIMMEL, George. *Sociologie*, p.298, 302, 316.

119. SCHMITT, Carl. *La notion de politique: théorie du partisan*. Tradução de J. Freund. Paris: Calmann-Lévy, 1972. p72-73.

120. Essa idéia foi constatada por ESAMBERT, Bernard. *La guerre économique mondiale*. Paris: Olivier Orban, 1991, onde ele procura demonstrar que a competição econômica tornou-se um jogo de soma zero. Excelente refutação em DANET, Diddier. *Defense économique, guerre économique: la liaison dangereuse*. *Défense nationale*, agosto e setembro de 1994, que conclui: “o discurso de guerra econômica é simultaneamente inútil e perigoso”.

Na estratégia, a situação é invertida: **a vitória de um dos atores só pode ser adquirida em detrimento do outro**, com meios que atacam a integridade física. Poder-se-ia dizer, retomando a terminologia de Gabriel Tarde, que a estratégia é, por excelência, um processo de substituição, enquanto a economia é, fundamentalmente, um processo de acumulação.¹²¹ Segue-se uma diferença de comportamento decisiva: **a competição econômica entre empresas não degenera necessariamente em duelo**, elas não são obrigadas a agrupar-se em dois cartéis antagônicos, o número de concorrentes é indeterminado: “*A multiplicidade de concorrentes na competição econômica trata de evitar a redução ao duopólio, que se tornaria violenta*”.¹²²

36 – Estratégia militar e estratégia empresarial

É essa diferença fundamental que negam os defensores da estratégia empresarial. A.C. Martinet a define “*como a finalização-concepção- preparação - condução de uma ação humana coletiva de tipo econômico em ambiente conflituoso. A noção de ambiente conflituoso não significa luta pura (até a morte), mas rivalidade, concorrência*”¹²³. A diferença entre o conflito violento e a concorrência acha-se, assim, posta de lado.

A maioria dos autores sobre gestão prefere resolver o problema ignorando-o pura e simplesmente. É uma das características mais marcantes da literatura superabundante sobre estratégia empresarial¹²⁴, mais ainda do que a sua descrição em relação à epistemologia do seu conceito fundamental: fala-se de planejamento estratégico, de gestão estratégica, de campo estratégico, multiplicam-se os modelos estratégicos... sem muito procurar analisar a passagem de *Business Policy* para a *Strategic Management*.

Encontram-se, claro, autores que levam mais adiante a exigência teórica. Anne Marchais-Roubelat tentou assim fazer uma comparação sistemática dos dois tipos de estratégia. Mas ela põe em evidência, sobretudo, uma diferença profunda e irredutível: a empresa oculta a sua própria finalidade, que é o lucro¹²⁵, enquanto a estratégia é dependente de uma finalidade exterior – a vitória é apenas um meio para alcançar fins políticos.¹²⁶ No sentido inverso, a empresa é submetida, como em todas as situações de concorrência e competição, às regras que lhe são colocadas externamente (leis antitrustes, direito da concorrência, proteção aos consumidores...), enquanto a estratégia só obedece às suas próprias regras: é certo que existe o direito das pessoas, mas este é desprovido de sanção por parte de um terceiro. A sanção só ocorre depois do conflito e ela é ditada pelo único vencedor; pode-se objetar que os neutros entrem, às vezes, em guerra em nome dos

121. TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation*, p.161.

122. D. Villey. *La guerre et ses théories*. Paris: Presses Universitaires de France, Annales de philosophie politique, 1970. p.211.

123. MARTINET, Alain-Charles. *Épistémologie et science de gestion*. Paris: Économica, 1990. p. 213.

124. Entre uma multidão de títulos, B. Ramanantosa, “Voyage en stratégie”. *Revue française du marketing*, 1984-4; JOFFRE, Patrick; KOENIG, Gérard. L'évolution de la pensée stratégique. *Revue française de gestion*, mars-avril-mai 1985; MARTINET, Alain-Charles. Les discours sur la stratégie d'entreprise. *Revue française de gestion*, janvier-février 1988; sobretudo PAULRÉ, Bernard (Dir.). *Épistémologie de la stratégie en économie*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998.

125. Certos grupos grandes tiveram uma tendência a esquecer esse aspecto e a engajar-se em uma corrida ao gigantismo, sem considerar o interesse propriamente econômico de aumentar o “perímetro” da empresa. Disto advêm as performances negativas de “megafusões” como Daimler-Chrysler, Promodès-Carrefour...ou os desastres provocados por um crescimento externo frenético: a bancarrota retumbante da Swissair (que havia comprado LOT, SABENA, Air liberté, TAP...) ou a debacle das operadoras de telecomunicações, desabando sob uma montanha de dívidas são as ilustrações mais conhecidas.

126. MARCHAIS-ROUBELAT, Anne. Stratégie militaire, stratégie d'entreprise: même combat. *Stratégique*, 60, 1995-4 e *De la décision à l'action: essai de stratégie et de tactique*. Paris: ISC-Économica, Bibliothèque stratégique, 200.

direitos humanos, mas eles perdem então a sua qualidade de terceiros para serem atores do conflito.

Deve-se acrescentar que a pretensa estratégia empresarial se caracteriza por um funcionamento mais estático do que a estratégia militar: enquanto a segunda deve constantemente adaptar-se às reações dos inimigos, a primeira dispõe de uma margem de liberdade maior – a empresa observa de maneira natural os seus concorrentes, mas não é obrigada a segui-los nas tentativas de diversificação ou inovação; sua adaptação à ação da concorrência não é nem obrigatória, nem permanente, nem instantânea. Além disso, uma situação de concorrência não impede de maneira alguma os protagonistas de terem os mesmos fornecedores, e até mesmo estabelecer alianças, permanentes ou ocasionais, dirigidas contra terceiros (como foi o caso dos construtores de automóveis franceses unidos contra as importações japonesas ou para obter do governo a adoção de planos sociais), tanta a interdependência dos atores na economia.¹²⁷

Ao acrescentar as oposições acima apontadas àquelas sobre a lógica do duelo ou ao jogo de soma zero, a equivalência entre a estratégia militar e a empresarial parece bem artificial.

A estratégia empresarial, entretanto, está, apesar de tudo, tão difundida no momento que é desde já ilusório pretender negar o seu uso. Mas trata-se apenas de uma metáfora, que atesta a incapacidade da microeconomia de reformar os seus próprios conceitos.

37 – Fundamentada na força

Por isso a necessidade de manter a distinção entre dois tipos de conflitos, que o General Poirier denomina conflitos pacíficos e conflitos violentos, estes ocasionando “destruições materiais, traumas psicológicos, danos à integridade física dos indivíduos e dos grupos”.¹²⁸ Nos primeiros, característicos das forças econômicas e culturais, “*o seu espaço de soberania é respeitado, a sua sobrevivência não está em perigo e as suas capacidades de ação não estão anuladas; a existência dos indivíduos e dos grupos não está ameaçada diretamente e fisicamente*”.¹²⁹ Elas só sustentam a estratégia a título acessório, quando se integram em uma manobra global de forças com finalidade política dominada pelo elemento violento.

A estratégia deve basear-se na utilização (estratégia de ação) ou na ameaça de utilização (estratégia de dissuasão) da força. Por um abuso de linguagem, ela foi transposta para situações que não admitem intenção hostil e não empregam meios violentos. Claro, as modalidades de emprego da força são muito variadas, indo da simples aplicação da força bruta à arte da guerra dos bárbaros, que nem sempre são tão bárbaros assim.¹³⁰

Esta força vai ser transformada pela estratégia em poder. “*Não existe poder sem força, mas o poder acrescenta a inteligência e a autoridade aos meios materiais e mensuráveis*”.¹³¹ O poder é a força em ação:

A força é da categoria da adição; o poder, da categoria da multiplicação... A força é, por ambas partes, enumerável quantitativamente. O poder, ao contrário, é caracterizado pela maneira como se utiliza as forças disponíveis: ela depende da inteligência estratégica dos chefes, do moral dos combatentes e da fé na causa que eles defendem, em suma, da vontade dos homens que estão a serviço dessas forças.¹³²

127. Como chama atenção POIRIER, Lucien; CHALIAND, Gerard. *Le chantier stratégique*. Paris: Hachete, Pluriel, 1977, p.66

128. POIRIER, Lucien. *Stratégie théorique II*. Paris: Économica, Bibliothèque stratégique, 1987. p.101.

129. Ibid., p.100.

130. A arte da guerra dos hunos e dos mongóis está longe de ser primária.

131. FREUND, Julien. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Seuil Politique, 1967. p.117.

132. FREUND, Julien. *Sociologie du conflit*, p. 98.

38 – Diferença em relação ao direito

Este critério da força permite distinguir a estratégia do direito. O processo é também uma dialética de inteligências em um meio conflituoso. Georg Simmel chega até a afirmar que “*o conflito jurídico é o conflito por excelência*”¹³³. Certos povos tiveram uma consciência clara da analogia entre a guerra e o processo, como bem destacou Georges Dumézil a propósito dos germanos em o “*direito belicoso e ardiloso*”¹³⁴. Simplesmente, em lugar de ser regulado pela força, o conflito se pauta pelo recurso a um terceiro (o juiz) e pela aplicação de regras gerais segundo procedimentos fixados antecipadamente. O direito e a estratégia utilizam a *coerção*, mas nem com os mesmos meios, nem para os mesmos fins: aquela do direito é a justiça, noção que a estratégia ignora completamente. Uma comparação sistemática dos assuntos jurídico e estratégico seria instrutiva. Ela raramente foi tentada. O filósofo político alemão Carl Schmitt abriu caminhos¹³⁵ que precisam ser explorados.

39 – Sobre fins políticos

Poderia ser dito, retomando as categorias tomistas, que **a estratégia converte a ação própria da força em ação instrumental a serviço da política.**

É tal razão que leva a recusar a denominação muito reducionista de “estratégia militar”. O meio é militar, mas o fim é político, “*e não se pode conceber o meio independentemente do fim*”¹³⁶. A estratégia integra as duas dimensões, e foi apenas ao final do século XIX que a redução a uma só dimensão militar prevaleceu temporariamente, à custa de um empobrecimento teórico. Os criadores tinham percebido corretamente esta dualidade: Clausewitz, seguramente, mas também Jomini e, antes deles, Von Bülow, o vulgarizador do conceito, que não hesitava em falar de estratégia política e de estratégia militar:

A estratégia política possui a mesma relação com a estratégia militar que a estratégia militar tem com a tática, e a estratégia política é a mais elevada de todas. A estratégia militar determina as operações de uma campanha, ou, o melhor, de uma guerra, porém a estratégia política se ocupa da glória dos impérios durante os séculos e os milênios.¹³⁷

Esta concepção foi recentemente questionada pelo analista israelense Martin Van Creveld, que negou a validade da fórmula clausewitiana da guerra como continuação da política por outros meios. “*A observação do presente e o estudo do futuro permitem pensar que a doutrina de Clausewitz passou de moda rapidamente e não ofereceu quase nenhum quadro intelectual apropriado, capaz de compreender o mecanismo da guerra*”¹³⁸. Ele sustenta que a guerra é, em primeiro lugar, um combate para sobreviver. A sua crítica dificilmente parece aceitável. De um lado, porque Clausewitz nunca pretendeu eliminar o aspecto violento da guerra: em sua definição trinitária, o elemento racional que é a continuação da política apenas constitui uma

133. SIMMEL, Geor. *Sociologia*, p. 283.

134. DUMÉZIL, Gerge. *Mythe et épopée: histoires romaines*. Paris: Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines, 1973. t.III, p.274.

135. Em especial em *LE NOMOS de la terre*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

136. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 67.

137. Citado em PARET, Peter. *Clausewitz and the state*. Princeton: Princeton University Press, 1976. p. 94.

138. VAN CREVELD, Martin. *Les transformations de la guerre*. Paris: Éditions du Rocher, 1998. p.85.

vertente do tríptico guerreiro. Por outro lado, porque ela repousa sobre uma redução abusiva da política a um conflito de interesses não vitais: esta deve ser entendida de um modo muito mais amplo, incluindo a defesa dos interesses vitais do grupo, inclusive sua própria sobrevivência. O exemplo de Israel não contradiz a definição de Clausewitz, muito pelo contrário: se ele luta para sua sobrevivência, o Estado hebreu não perde jamais de vista a dimensão política, como indica a moderação demonstrada na exploração de suas vitórias, em vez de buscar uma derrota total de seus adversários, o que seria inoportuno e até mesmo perigoso no plano político. Em 1967 e 1973, os carros de combate israelenses não procuraram entrar em Damasco.

40 – Diferença em relação à diplomacia

O critério da violência, aberta ou latente, constituiu um critério conveniente para distinguir a estratégia da diplomacia. Elas são, como diz Raymond Aron, “*os dois métodos complementares e opostos segundo os quais é conduzido o comércio entre os Estados*”¹³⁹. Uma busca a vitória, enquanto a outra é preparada para contentar-se com um compromisso vantajoso. Daí ocorre que a estratégia é inseparável do constrangimento e da coerção, enquanto “*a diplomacia pode ser expressa como a arte de convencer sem empregar a força*”¹⁴⁰. Quando menos seja sem empregá-la abertamente, uma vez que, “*para não ser evidente, a violência está presente, frequentemente, de modo oculto sob a forma de pressões, de ameaças e de medo sabiamente sustentado*”¹⁴¹.

Esta distinção simples e pedagógica está hoje questionada novamente pela moda de pseudoconceitos como a diplomacia coercitiva ou a estratégia de influência¹⁴², que mostram, por certo, a crescente complexidade do sistema internacional, mas sobretudo a confusão mental gerada pela busca de novos conceitos (certamente muitas vezes úteis, às vezes necessários, com a condição de não abusar.) O melhor é conservar a concepção clássica: **a estratégia raciocina em termos de poder, enquanto a diplomacia raciocina em termos de influência**, a qual não tem relação mecânica com os meios e depende sobretudo da habilidade do ator. O prestígio de um chefe de Estado ou de um ministro de Relações Exteriores vai dar às suas tomadas de posição uma ressonância fora de proporção com a sua base de poder. Reflita-se também sobre a ação do Presidente da Mauritânia, Moktar Ould Daddah, chefe de um dos países mais pobres do mundo, no seio da Organização da Unidade Africana. O poder não autoriza tais artifícios. Mesmo Napoleão não pôde evitar uma derrota inelutável no fim da campanha da França em 1814. É o senso de ação do General De Gaulle, que não se enganava acerca do declínio do poder francês, como mostra a sua célebre sentença relatada por Philippe de Saint-Robert:

É porque nós não somos mais uma grande potência que se faz necessária uma grande política, porque, caso não tenhamos uma grande política, uma vez que nós não somos mais uma grande potência, não seremos mais nada.¹⁴³

139. ARON, Raymond. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calman-Lévy, 1960. p. 18.

140. Ibid., p. 28.

141. FREUND, Julien. *Qu'est-ce que la politique?* p. 44.

142. Cf. COUTAU-BÉGARIE, Hervé. Un pseudo-concept: la stratégie d'influence, *Stratégique*, 88,

143. SAINT-ROBERT, Philippe. *Le secret des jours*. Paris: Lattès, 1996. p. 31.

A dualidade diplomacia-estratégia se manifesta com brilho ao final do conflito, quando “o dizer das armas” deve ser sancionado por um ato político. O tratado é o mais freqüente. A história está cheia de exemplos de potências que perdem, durante as negociações, aquilo que tinham ganhado, ao contrário, de vencidos pelas armas que conseguem limitar, e mesmo anular, as conseqüências de sua derrota. Estratégia e diplomacia dependem de “*duas gramáticas diferentes, cuja lógica reside unicamente na política*”¹⁴⁴.

Certamente poder-se-ia contrapor que a ruptura não é tão marcante como antes, por causa dessa vasta “zona cinza” que se chama crise, que não é mais a paz sem ser já a guerra: as crises de Berlim, dos mísseis de Cuba, do Líbano, do Kosovo... É, entretanto, permitido observar que a crise não é uma invenção da nossa época, as relações internacionais sempre a conheceram. Aliás, com o critério da violência (latente) ou mesmo aquele dos meios, não é muito difícil estabelecer a separação entre a diplomacia de crise (bons ofícios, mediação, conciliação internacional...) e estratégia de crise (desdobramentos preventivos, embargos, demonstração de força...).

41 – Pertinência da estratégia clássica

Esta definição da estratégia (dialética das inteligências, fundamentada na força) permanece clássica. Por certo, rompe com a concepção mais antiga, herdada do século XIX, que enfatizava o papel dos exércitos e da batalha. Mas conserva o foco na força, a qual os analistas contemporâneos têm a tendência de eliminar, sem dúvida porque eles a julgam primitiva e fora de moda em um sistema que se deseja cada vez mais integrado. Isso significa esquecer que “*o antagonismo político é o mais forte de todos, é o antagonismo supremo*”¹⁴⁵, e a guerra é só esse antagonismo chegado a seu ponto extremo, onde o medo e o horror adquirem um caráter “metafisicamente definitivo”, segundo a pertinente fórmula de Ernst Jünger¹⁴⁶,

Se a estratégia, na época contemporânea, vai além dos limites da moldura da guerra, ela deve sempre inscrever-se dentro do conflito, o qual se distingue da rivalidade ou da concorrência pelo “recurso à violência, que pode, na circunstância de vir a vencer, levar à destruição física do outro”¹⁴⁷. A definição de Charles-Philippe David remete a uma segurança global tão moderna que ela é um avanço em relação ao seu tempo. A estratégia tradicional, submetida a constrangimentos inéditos em função do aparecimento da bomba e da transformação profunda das sociedades sob o impacto da revolução tecnológica, não está necessariamente caduca. Ela continua simplesmente a evoluir.

144. FREUND, Julien. Guerre et politique de Karl von Clausewitz a Raymond Aron. *Revue française de sociologie*, 1976, p.647.

145. SCHMITT, Carl. *La notion de politique*, p70.

146. JÜNGER, Ernst. *La Guerre comme expérience intérieure*. Paris: Christian Bourgois, 1997.

147. FREUND, Julien. *Sociologie du conflit*, p. 65.

SEÇÃO IV – A EPISTEMOLOGIA DA ESTRATÉGIA

42 – Guerra e estratégia

A dimensão militar é só um aspecto particular, mesmo que fosse a parte evidentemente determinante, de um conjunto poliforme.¹⁴⁸ A guerra é um fenômeno social, cujo significado é infinitamente o mais vasto de todos. Gaston Bouthoul tentou apreender todas as suas dimensões, política, econômica, social, cultural, demográfica... em uma única disciplina que ele chamou de **Polemologia**.¹⁴⁹ Esperando alcançar a visão global, o que ele imaginava, é que todas as disciplinas podem ser empregadas para contribuir, de forma a melhor compreender os mecanismos conflituosos. Um único exemplo.

Clausewitz tinha assentado o modelo da guerra como continuação da política do Estado por outros meios. Um avanço decisivo, mas dentro do quadro da “*inteligência do Estado personificada*”¹⁵⁰. A ciência política moderna desmontou este postulado herdado da filosofia jurídica e política e mostrou que o Estado não era uma entidade desencarnada, mas o objeto de uma luta pelo poder¹⁵¹. Portanto, esta luta, pessoal, institucional, ideológica... pelo poder não é interrompida em tempo de guerra. A união sagrada não é a regra. Longe disso: por pouco que a guerra se prolongue, vê-se que reaparecem as clivagens anteriores, acentuadas, ainda, pelo debate sobre os fins da guerra e por uma das constantes mais notáveis no âmbito da história humana: o medo do cesarismo, que leva o poder político a conter o comando militar. Desde o Imperador Valenciano III, ao fazer assassinar Aécio (Aetius), vencedor dos hunos, até Stalin, que liquidou Toukhatchevsky; passando pelo Imperador Justiniano, retirando a proteção de Belisário e empurrando Narses para a revolta; pelas intrigas recorrentes da corte chinesa contra os seus melhores generais; pela Constituinte freando a ofensiva de Dumoriez em 1791, a lista é interminável, ainda acrescida pelas rivalidades basicamente materiais ou pelas invejas. Essa luta pelo poder ou pela glória pesa constantemente no modo de conduzir a guerra, de maneira muitas vezes decisiva e, às vezes, caricatural. Pensemos em Luís XIV, agora à frente de um exército; no Marechal de Villeroi, que acumulava erros e derrotas, enquanto Feuquiére era deixado sem cargo; ou em Stalin, fazendo fuzilar os generais até o outono de 1941, enquanto a invasão alemã tinha começado em 22 de junho. É o estudo da guerra enquanto fato social que permite esclarecer os comportamentos, os quais, do ponto de vista estratégico, nada mais são do que aberrações.

A necessidade de semelhante abordagem é reconhecida de forma unânime hoje, porém, pelo viés inverso daquele dos seus predecessores, os que estudam as dimensões não militares da guerra vêm muitas vezes negar o inimigo e, logo, a estratégia. Os planos de Moltke e de Schlieffen seriam produtos do militarismo prussiano, e as doutrinas e as decisões proviriam de razões institucionais e burocráticas muito mais do que de uma

148. Cf. CORVISIER, André. *La guerre: essais historiques*. Paris: Presses Universitaires de France, Histoire, 1995.

149. Destinada a terminar com um “pacifismo funcional”. BOUTHOU, Gaston. *Traité de polémologie*, p. 539.

150. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 68.

151. Cf. SEURIN, Jean-Louis. *Analyse des systèmes politiques*. Paris: Économica, 2006.

avaliação propriamente estratégica¹⁵²... Pode-se, em verdade, dizer que “*um Moltke exclusivamente técnico não teria escolhido o plano Schlieffen, mas o Moltke ideológico não poderia fazer de outro modo?*”¹⁵³ Não é mais simples e mais justo constatar que “*ele não podia encarar nenhuma alternativa realista?*”¹⁵⁴. Um reducionismo banuiu o outro, muito mais perigoso por ser mais sofisticado. As duas abordagens são complementares, não exclusivas. Mas a sua aliança fica ainda como exceção, mesmo que os progressos nessa direção sejam reais.

43 – A unidade da estratégia

Há uma estratégia ou estratégias? Depois de outros, Edward Luttwak formulou o problema sobre o que ele chama das **não-estratégias**, isto é, a marítima e a estratégia aérea, que não podem reivindicar autonomia em face da estratégia de origem terrestre.¹⁵⁵

As respostas variam conforme os países. Os anglo-saxões, desde Mahan e Colomb, falam com muito gosto de “*Naval Strategy*”. Na Rússia, ao contrário, não se fala jamais de estratégia naval, mas de emprego estratégico da Marinha, como parte da estratégia militar. Na verdade, a resposta teórica depende fundamentalmente do lugar da Marinha na estrutura militar. A afirmação da unidade da estratégia concentra-se, com frequência, na reivindicação da primazia da força de terra.

Trata-se de um velho problema que nunca recebeu uma solução satisfatória. O principal fundador da estratégia naval moderna, o norte-americano Alfred Mahan, é uma boa ilustração desta contradição fundamental. Do ponto de vista corporativista, ele sustentou que a guerra no mar obedecia a regras integralmente diferentes da guerra em terra. Esta idéia foi aceita unanimemente por todos os homens do mar da primeira metade do século XX, porque ela lhes fornecia o álibi teórico, permitindo-lhe recusar por princípio o comando único. Ao mesmo tempo, Mahan se inspirava em Jomini, e este afirmava que os princípios expostos por ele eram válidos para todas as formas de guerra, de sorte que, como fez notar Herbert Rosinski:

De um lado, Mahan se dava conta perfeitamente que a guerra no mar diferia da guerra em terra, mas por outro lado, como ele havia retomado a idéia de Jomini de que a estratégia geral da guerra no mar e a da guerra em terra eram idênticas e regidas pelo mesmo princípio universal, ele estava obrigado a admitir que elas eram as mesmas. Assim, por um lado, ele afirmava que a guerra no mar e a guerra em terra eram completamente diferentes e, por outro, afirmava que elas eram perfeitamente idênticas.¹⁵⁶

152. Um bom exemplo em VENESSION, Pascal. *Les Chevaliers de l'air*. Paris: Presses de Sciences po-FED, 1997, que interpreta a doutrina da Força Aérea como o resultado de um processo de institucionalização.

153. Cf. LINDEMANN, Thomas. L'idéologie de l'offensive dans le plan Schlieffen. *Stratégique*, 69, p.193, 1998-1.

154. TURNER, L.F.C. The significance of the Schlieffen plan. In: KENNEDY, Paul M. (Ed.). *The war plans of the great powers 1880-1914*. Boston: Allen and Unwin, 1979. p.214.

155. LUTTWAK, Edward. *Le paradoxe de la stratégie*. Paris: Odile Jacob, 1989. p. 205.

156. ROSINSKI, Herbert. Mahan et Cobert, em um apêndice na obra de CORBETT, Julian S. *Principes d' stratégie maritime*, p.280.

Na verdade, este problema não preocupou muito os teóricos, tanto que os pressupostos do raciocínio permaneciam implícitos e a estratégia terrestre e a marítima coexistiam, apenas encontrando-se excepcionalmente. A quase-totalidade entre eles, a exemplo de Clausewitz, resolvia de um modo muito simples a questão, considerando só um único domínio: *Vom Kriege* não diz nada sobre a estratégia marítima¹⁵⁷. Somente a partir do estudo epistemológico da estratégia e, sobretudo, do processo técnico que provocou a imbricação das estratégias é que a questão se encontra posta verdadeiramente. Edward Luttwak tem o mérito de encará-lo e dar-lhe uma resposta simples e coerente, mas muito radical. Não se pode negar que o ambiente marítimo admite especificidades que tornam a guerra no mar muito diferente da guerra em terra. ***A unidade eventual dos princípios no nível mais elevado deve ser acompanhada pelo reconhecimento da multiplicidade das estratégias particulares***, só é assim porque as dimensões são diferentes. (ver item nº 424).

44 – A lógica da estratégia

Existe uma lógica peculiar à atividade estratégica? Não é uma questão simplesmente de identificar aqui um critério para a estratégia, mas de cercar por todos os lados um modo de funcionamento. Novamente Luttwak foi quem conduziu os estudos ao ponto mais distante, sugerindo o que ele denomina de lógica paradoxal da estratégia. Ele ilustra o seu conceito por meio de um exemplo:

Uma manifestação corrente do talento tático consiste em conceder uma preferência paradoxal ao momento menos oportuno e ao itinerário menos favorável ... às vias de acesso mais perigosas ... e isto em consequência da essência própria da guerra.¹⁵⁸

Esta demonstração guarda um pouco de ceticismo. O exemplo proposto é completamente ilusório. Edward Luttwak se engana em matéria de critério. O fator determinante não é o estado das vias de comunicação, mas a probabilidade de resistência. Do mesmo modo, quando ele apresenta a “relação inelutavelmente *paradoxal entre o êxito dos novos equipamentos e a probabilidade de seus futuros fracassos: todo inimigo provido de razão apressar-se-á em fazer aplicar seus esforços nas contramedidas suscetíveis de neutralizar a nova invenção do adversário*”¹⁵⁹, não se pode deixar de observar que aí não existe nada específico da estratégia: em economia, a iniciativa de uma empresa suscita, ordinariamente, uma reação dos seus concorrentes, e quanto mais o produto oferecido tenha êxito, mais ele será submetido a uma forte concorrência, de sorte que a sua rentabilidade está condenada a decrescer.

A dialética das vontades sugere-nos a principal característica da lógica da estratégia. Trata-se de uma **lógica probabilista** em que a informação jamais é perfeita. Clausewitz já havia dito:

Cada uma das duas partes tratará de prever a ação do outro, tirando suas conclusões do caráter, das instituições, da situação e das condições onde se encontra o adversário e aí conciliará a sua própria, valendo-se das leis do cálculo das probabilidades.¹⁶⁰

157. Exceto uma muito breve alusão ao plano de guerra contra a França que encerra a obra.

158. LUTTWAK, Edward. *Le Paradoxe de la stratégie*, p.15.

159. Ibid., p41.

160. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 58.

A história da guerra está plena de exemplos revelando que as decisões fatais resultam de um desconhecimento das intenções e das capacidades do adversário. O combate entre Turenne e Condé oferece sobre isso um exemplo particularmente notável:

Turenne sitiava Cambrai; o grande Condé queria introduzir um apoio no local. Para impedi-lo, M.de Turenne postou primeiro a ala direita de sua cavalaria em uma das grandes estradas da cidade, mas duas horas depois, tendo feito uma reflexão sobre que o vencedor de Recroi seria mais hábil ao seguir, em semelhante encontro, a estrada real de preferência a uma pequena vereda, ele deslocou sua cavalaria e colocou-a sobre uma pequena estrada. O príncipe, por seu lado, ao julgar bem que o marechal teria feito tal reflexão, partiu com três mil cavaleiros, seguiu a estrada real e entrou em Cambrai sem conhecer quase nenhuma dificuldade. Assim, o conhecimento do general que ele tinha em mente serviu mais ao príncipe de Condé do que todo o seu valor não teria podido mostrar.¹⁶¹

A economia é, deste ponto de vista, uma atividade muito mais aberta, mesmo no caso dos atores tentarem dissimular ao máximo suas intenções. Tal caráter probabilista é um dos constituintes da especificidade estratégica. Mas esta não é tão eficaz que confira uma lógica que possa diferenciá-la radicalmente das outras atividades humanas.

45 – A dimensão psicológica da estratégia

Uma consequência essencial desta lógica probabilística foi claramente exposta pelo General Beaufre. Uma vez que a informação não é perfeita, um dos elementos fundamentais do cálculo estratégico é a avaliação das intenções e das capacidades do adversário. Disto resulta um lugar importante e freqüentemente decisivo do fator psicológico:

Enquanto o raciocínio tático ou logístico está fundado quase exclusivamente em uma metodologia que visa à aplicação racional dos meios militares para atingir um dado resultado... o raciocínio estratégico deve combinar os dados psicológicos e os dados materiais para o caminhar do espírito abstrato e racional.¹⁶²

O lugar da intuição torna-se aqui essencial. Frederico II dizia que um bom general deve ter sorte. Chega um momento em que todas as possibilidades de informação estão esgotadas, o chefe só tem uma escolha que é a de confiar no seu próprio julgamento para tomar uma decisão.

Esta dimensão psicológica não está limitada à tomada de decisão, ela intervém também no desfecho da guerra. A vitória na batalha resulta, muito freqüentemente, de um **fator material**: um exército cercado é completamente destruído pela morte ou captura dos seus homens, uma esquadra é afundada. Mas ela pode decorrer também de um **fator psicológico**, e é isso que o General Beaufre resumiu em uma fórmula provocante e excessiva: “*alguém está vencido*”

161. Cessac-Lacué. *Des connaissances nécessaires à un général d'armée*. Paris, Bibliothèque historique e militaire de Lissenne et Sauvan, 1840, tomo V, p. 493. Encontra-se um episódio idêntico na China, em *Roman des Trois Royaumes*. Cao Cao tinha a escolha de dois itinerários. Um balizado por penachos de fumaça, o outro sem sinalização da via. Cao Cao julgou que seu adversário Zhuge Liang tinha acendido esses fogos para atraí-lo para uma outra rota, onde seu exército deveria ser emboscado e, então, ele se dirigiu a eles. Ora Zhuge Liang, que conhecia bem Cao Cao, tinha feito acender esses fogos e armado sua emboscada próximo. KIRCHER, François. *Les 36 stratagèmes*. Paris: Lattés, 1991. p 2930.

162. BEAUFRE, André. *Introduction à la stratégie*, p. 23.

quando se reconhece como tal". Está longe de ser uma regra absoluta. Mas como não notar que Austerlitz veja a derrota decisiva da terceira coalizão por meio de uma taxa de perda que alcança entre os aliados 14%, enquanto a Batalha de Eylau é unanimemente considerada como uma batalha não decisiva com uma taxa de perda que atinge 32%?

O Conde de Schaumburg-Lippe, desde o século XVIII, percebeu estes dois aspectos:

É preciso distinguir bem na ciência dos combates entre o que é eficaz por si mesmo, pondo o inimigo fisicamente fora de condição de prejudicar, e aquilo que só produz esse efeito pelo sentimento de medo e só age principalmente no moral. A maior parte das ações em nossas guerras modernas se decide desta última maneira, e o efeito causado no moral sendo freqüentemente mais forte do que deve ser, isto quer dizer, os homens avaliando o perigo além do seu valor efetivo, a arte consiste com freqüência em fazer nascer essas percepções exageradas e isto se consegue por imposição.¹⁶³

Napoleão entendeu com perfeição esta verdade: "*Na guerra, o moral e a opinião são mais da metade da realidade*". Ele utiliza sistematicamente o que hoje nós denominamos de **despistamento**.¹⁶⁴

Quando alguém é induzido a falar de suas forças, deve-se exagerá-las e apresentá-las como temíveis, dobrando ou triplicando o número delas... Longe de confirmar que eu apenas tinha em Wagram 100 mil homens, me empenho em persuadir que tinha 200 mil homens. Constantemente, nas minhas campanhas na Itália, onde eu tinha um punhado de pessoas, exagerei minha força. Isto serviu aos meus planos e não diminui a minha glória.¹⁶⁵

Esta dimensão psicológica é decisiva na dissuasão, cuja efetividade resulta mais de uma percepção dos riscos incorridos e das reações possíveis do adversário do que da realidade da relação de forças materiais.¹⁶⁶

Para Thomas C. Schelling, a dissuasão põe em jogo a influência exercida sobre a outra parte por meio da avaliação que ela está induzida a suportar em função das conseqüências do seu próprio comportamento futuro. O objetivo real da dissuasão é de demonstrar-lhe que o nosso próprio comportamento será determinado pelo seu.¹⁶⁷

As teorias mais recentes tentam transpor essa maximização do efeito psicológico nas estratégias de ação. A moda das reflexões sobre a coerção (infra nº 260) traduz o desejo de chegar ao resultado procurado com o mínimo de efeitos materiais, reduzindo a importância das destruições causadas, graça aos progressos do alvo. Mas a imbricação das atividades civis e militares é muitas vezes tão estreita que a idéia de uma guerra "limpa", sem danos colaterais, fica hipotética.

163. Conde de Schaumburg-Lippe. *Schriften und Briefe*, p. 146.

164. A palavra é percebida com freqüência como um anglicismo. Contudo, ela tem o sentido de engano e de ardil, pelo menos depois do século XV.

165. Carta ao General Clarke, 10 de outubro de 1809, em *Correspondance de Napoléon. SIX cents lettres de travail 1806-1810*. Paris: Gallimard, 1943. p. 68-69. Isto, seguramente, não impediu Napoleão de fingir inferioridade quando ele queria atrair o inimigo para um campo de batalha escolhido por ele (por exemplo, antes de Austerlitz).

166. JEVIS, Robert; LEBOW, Richard Ned; STEIN, Janice Gross *Psychology and deterrence*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.

167. SCHELLING, Thomas C. *Stratégie du conflit*, p. 28.

46 – O dualismo da estratégia

Insistir sobre a dimensão intelectual ou psicológica da estratégia faz-se necessário em um momento em que a opinião dominante reduziria isso a um processo puramente técnico. Porém tal aspecto não significa que precise somente ver aí uma operação aproximando-se da meditação filosófica. A estratégia não se “joga” no interior silencioso de um gabinete, ela se desenvolve dentro do tumulto de um conflito e do barulho das armas. A decisão estratégica não se submete à influência de uma refutação teórica, mas bem a uma sanção prática, que pode traduzir-se pela destruição de um exército, a perda de uma batalha, o revés final em uma campanha, ver a ruína de um Estado. Pois ela não é construída no vazio, mas com um exército, definido como sendo toda formação, qualquer que seja seu tamanho e sua composição, permitindo conduzir uma campanha em um ou vários teatros de operações (em oposição aos corpos ou divisões, que são formações subordinadas), e obter resultados de nível estratégico. A estratégia não é somente um processo intelectual, também é uma questão de meios: ela determina a natureza e o emprego dos meios, mas é também determinada por eles. Ela admite, ao mesmo tempo, **um componente intelectual**, pela ação pessoal do estrategista, e um **componente material**, pelos meios que podem ser empregados. *“A arte da guerra tem uma necessidade contínua do emprego combinado e da aproximação imediata da inteligência e da força”*¹⁶⁸.

Os autores clássicos, de Sun Tsu a Montecucculi (ver neste capítulo o índice 30), enfatizaram o primeiro componente, porque os meios então disponíveis eram relativamente homogêneos e a influência desses fazia-se sentir sobretudo de maneira quantitativa, pelo número. Clausewitz é um dos primeiros a ter exposto claramente o desenvolvimento do componente material, com o crescimento dos efetivos, a diversificação dos meios e a busca da destruição do inimigo. A revolução industrial e tecnológica acresceu ainda mais o peso relativo dos meios, ao ponto de o componente material tornar-se predominante e tender hoje a reivindicar a exclusividade, como mostra o discurso sobre a revolução dos assuntos militares (infra nº 277). Trata-se de um desvio: o primado dos meios, na época contemporânea, não questiona a exigência de uma reflexão, tanto sobre os fins quanto sobre meios, para chegar a uma doutrina (ver mais adiante neste livro o item 149). O resultado, ambíguo e ardorosamente obtido, da Guerra do Kosovo veio lembrar isto aos turiferários da *“guerra de apertar botões”*, que tinham tirado conclusões prematuras sobre a Guerra do Golfo. Hoje, como ontem, toda estratégia depende, por uma parte, da problemática em que ela ocorre, de outra parte, dos meios que ela dispõe.

168. Coronel Carrion-Nisas. *Essai sur l'histoire générale de l'art militaire*. tomo II, p. V.





